C. B. P. E.

Nº 039/69

Rio de Janeiro, 31 de março de 1969

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Membro do Conselho Deliberativo
do Serviço de Assistência Técnica

Senhor Diretor,

O serviço de assistência técnica até há pouco chamado CEOSE, e agora em vias de integração na nova estrutura estabelecida pela Portaria nº 40, de 21 de março de 1969, está precisando urgentemente de uma estante, para livros que interessam às suas atividades específicas. Vale ressaltar que um excelente acervo de livros especializados, trazidos pelo perito da UNESCO, Dr. Ralph von Gersdorff - que êle porá à disposição do Serviço - se encontra encaixotado à espera da referida providência.

Por essa razão, determinei que a Secretária Executiva do antigo CEOSE visitasse casas comerciais especializadas nesse gênero de mercadorias, comprovando preços e condições. A Sândica Ind. e Com. Ltda. pareceu-nos oferecer, no conjunto, as melhores condições, daí ter-lhe sido solicitado o orçamento, que junto a esta. Seguem, em anexo, comprovantes da tomada de preço junto a diversas firmas.

Solicito as providências de V.S.ª, antecipando-lhe meus agradecimentos pela brevidade com que elas vierem a ser tomadas.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Membro do Conselho Deliberativo do Serviço de
Assistência Técnica

C. B. P. E.

Nº 039/69

Rio de Janeiro, 31 de março de 1969

Ao: Dr. Carlos Correa Mascaro
Diretor do INEP

Do: Dr. Durmeval Trigueiro Mendes
Membro do Conselho Deliberativo
do Serviço de Assistência Técnica

Senhor Diretor,

O serviço de assistência técnica até há pouco chamado CEOSE, e agora em vias de integração na nova estrutura estabelecida pela Portaria nº 40, de 21 de março de 1969, está precisando urgentemente de uma estante, para livros que interessam às suas atividades específicas. Vale ressaltar que um excelente acervo de livros especializados, trazidos pelo perito da UNESCO, Dr. Ralph von Gersdorff - que êle porá à disposição do Serviço - se encontra encaixotado à espera da referida providência.

Por essa razão, determinei que a Secretária Executiva do antigo CEOSE visitasse casas comerciais especializadas nesse gênero de mercadorias, comprovando preços e condições. A Sândica Ind. e Com. Ltda. pareceu-nos oferecer, no conjunto, as melhores condições, daí ter-lhe sido solicitado o orçamento, que junto a esta. Seguem, em anexo, comprovantes da tomada de preço junto a diversas firmas.

Solicito as providências de V.S.ª, antecipando-lhe meus agradecimentos pela brevidade com que elas vierem a ser tomadas.

Atenciosamente,

Durmeval Trigueiro Mendes
Membro do Conselho Deliberativo do Serviço de
Assistência Técnica

 4-3-69

Nº 018/69.

ATUAÇÃO DO CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre Organização dos Sistemas de Educação), NO PARANÁ

1. Criado pelo INEP com o objetivo de oferecer assistência técnica aos Estados - sobretudo na organização dos respectivos sistemas de educação (estrutura das Secretarias de Educação, implantação de um sistema adequado de planejamento educacional, etc.), o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre Organização dos Sistemas de Educação) teve atuação destacada no Paraná, segundo Estado a ser atendido por êsse nôvo serviço federal.

2. Em maio de 1967 realizou-se o primeiro Colóquio no Paraná, com a presença de tôda a equipe do CEOSE (na qual se incluiam dois peritos da UNESCO), e de todos os principais responsáveis administrativos e técnicos da Secretaria de Educação. Desencadeava-se, dessa forma, um processo de cooperação permanente ao longo da qual se chegou aos seguintes resultados gerais:

a) Um ante-projeto de reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura foi bàsicamente inspirado e construido sôbre as sugestões do CEOSE;

b) os serviços de estatística educacional do Estado organizaram-se num sistema eficiente com a adoção de novos métodos, graças à cooperação do CEOSE, o mesmo podendo dizer-se em relação aos cadastros do pessoal e dos ativos da Educação;

c) igual influência recebeu o plano de educação do Estado, tendo o CEOSE não apenas sugerido, inicialmente, a constituição de grupo de trabalho para êsse fim, e as diretrizes para o seu funcionamento, como também acompanhado tôda a sua elaboração;

d) o CEOSE ofereceu uma das contribuições mais importantes, do ponto de vista técnico, à reunião sôbre planejamento educacional promovida pela SUDESUL (Superintendência da Região Sul), realizada de 1/7/1968 a 6/7/1968, que incluiu o Paraná.

Êsses frutos não foram alcançados sem um empenho continuado, que não se traduziu apenas na elaboração de estudos como nos pequenos contatos pessoais entre os peritos do CEOSE e as autoridades e técnicos locais da Secretaria de Educação e da FUNDEPAR, ora em Curitiba, ora no Rio de Janeiro.

C. B. P. E.

Nº 1191 ou 001/69 Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1969

Ao: Dr. Carlos Correia Mascaro - Diretor do INEP
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes - Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

De acôrdo com a recomendação de V. S.ª, tenho o prazer de passar às suas mãos os projetos de trabalho do CEOSE para o primeiro semestre de 1969. Para o conhecimento de colegas que por acaso não tenham tido a oportunidade de lê-los, junto aos projetos dois textos doutrinários, de diferentes épocas, contendo as diretrizes que os inspiraram.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

SÚMULA DAS ATIVIDADES DO GEOSE

1. O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, basicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio, em relação aos Estados.

A Lei fêz emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, vinte e dois sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um dêles usar de relativa autonomia para expressar a sua própria fôrça e peculiaridades, até mesmo suas limitações, que não podem ser dissimuladas por viciosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no mero jôgo de aparências. Entretanto, a autonomia criadora não decorre automàticamente da autonomia legal: êste é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa, sobretudo nos Estados menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vêzes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de perscrutação das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de idéias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir a um nôvo programa educacional, carecendo de condições para tratar tècnicamente os problemas técnicos, expostos mais fàcilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interêsses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos educacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu floresci

mento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO, sob a coordenação de um educador brasileiro.

A sua ação se exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. A metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica, e à continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por tôda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esfôrço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão - de padrão internacional - para colocar êsse esfôrço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

a) Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.

b) Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.

c) Elaboração de estudos (prontos para publicações) sôbre a situação global da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná.

d) Estudos sôbre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S.Paulo, e Rio Grande do Sul.

e) Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Edicação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sôbre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".

f) Estudos em desenvolvimento: "Custos da Educação no Brasil em 1966", "Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil".

g) Numerosos estudos técnicos sôbre planejamento e administração educacionais.

5. Para as atividades, acima referidas, contou o CEOSE, além do pessoal de Secretaria, com 1 especialista brasileiro e com peritos da UNESCO:

3 de maio de 1966 a maio de 1967;
2 de maio de 1966 a julho de 1968;
1 de julho de 1968 a dezembro de 1968.

O dispêndio total do CEOSE até hoje soma:

PROJETO I

COLÓQUIOS DE EDUCAÇÃO NOS ESTADOS DO CEARÁ E DE PERNAMBUCO

1. Apesar de já se ter realizado a primeira reunião do CEOSE em cada um dêsses Estados, não foi possível dar prosseguimento ao impulso inicial, em razão da falta de pessoal e de recursos financeiros, que determinou pràticamente a paralisação de nosso programa nesse setor.

2. Segundo os moldes adotados nas últimas reuniões do CEOSE, à equipe do CEOSE deverão reunir-se representantes do IPEA, da SUDENE e do CRPE de Pernambuco, correndo à conta dessas entidades as despesas com as respectivas representações. O staff do CEOSE será constituído de 6 pessoas, inclusive dois peritos da UNESCO.

3. Custeio do projeto:

Passagens áereas: NCR$ 8.658,20.

Hospedagem (quatro dias): NCR$ 3.200,00.

PLANO DAS ATIVIDADES DO CEOSE PARA O 1º SEMESTRE DE 1969

1. O reativamento das atividades do CEOSE em 1969 não pode deixar de conciliar duas ordens de interêsses: a) o compromisso com os Estados, alicerçado em quase dois anos de trabalho, ao têrmo dos quais atingimos o ponto exato de testar a experiência, e de, com as correções necessárias, promover a sua ampliação e consolidação; b) a unidade de pensamento e de ação dos serviços de assistência técnica, mediante o acionamento de mecanismos de coordenação geral pelo órgão a que estão vinculados - o INEP.

2. Continuidade da assistência aos Estados

A assistência técnica oferecida pelo CEOSE caracteriza-se, antes de tudo, pelo seu caráter abrangente. Visando, em cada Estado, abarcar a totalidade do sistema educacional, baseia-se no postulado de que pretender mudar apenas uma parte do sistema significa mobilizar tôdas as outras partes contra a mudança desejada. Por isso mesmo, os nossos instrumentos de ação são, sobretudo no começo, os instrumentos da totalidade: o planejamento e a estrutura político-administrativa. A estrutura compreende as condições institucionais básicas e, pois, permanentes, dentro das quais se organiza e se move o dinamismo dos Estados: o planejamento é a expressão eficiente dêsse dinamismo.

Êsses dois quadros referenciais - um só, se bem considerados - não representam uma simples moldura, fabricada de antemão, como se lhe conviessem, indiferentemente, os mais diversos conteúdos; ao contrário, dêstes resultam, ao mesmo tempo que os modelam e lhes refletem a especificidade própria. As soluções propostas nos dois mencionados setores são, portanto, em última análise, soluções pedagógicas.

Mas não abordamos os problemas pedagógicos apenas por essa forma indireta, que consiste em fixar-lhes os pressupostos e as condições determinantes, de natureza sociológica, econômica, administrativa e operacional, mas não também de forma direta e específica.

b) Partindo dessas diretrizes, devemos entregar-nos, no 1º semestre de 1969, a quatro tarefas fundamentais: I) reiniciar os contatos com os Estados; II) promover cursos de formação e treinamento das equipes técnicas encarregadas da renovação educacional nos Estados; III) publicação de estudos resultantes de seis Colóquios; IV) reconstituição, em têrmos provisórios, da própria equipe do CEOSE, dotando-a de pessoal técnico indispensável ao cumprimento dêsses encargos. A êsses quatro itens correspondem os projetos I, II, III e IV, em anexo.

Outras atividades

Os projetos constantes do presente documento referem-se a atividades novas, sem prejuízo, òbviamente, dos programas já iniciados, que são, esquemàticamente, os seguintes:

a) no Paraná: acompanhamento dos trabalhos de reforma administrativa da Secretaria de Educação, e da implantação do sistema de planejamento educacional; assistência a levantamentos estatísticos em curso e consolidação dos métodos e processos do serviço de estatística;

b) no Rio Grande do Sul e na Bahia: acompanhamento dos respectivos planos de educação em sua fase de execução;

c) na Paraíba: assistência à implantação da reforma do sistema estadual de educação, cujo projeto está pronto para ser encaminhado à Assembléia Legislativa;

d) em Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, Maranhão e Piauí: retomada dos contatos e dos estudos interrompidos, há alguns meses, por falta de pessoal e de recursos financeiros no CROSE.

M. E. C. — I. N. E. P.
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS EDUCACIONAIS
Rua Voluntários da Pátria, 107 - Caixa Postal, 1 - 02 - Botafogo
Rio de Janeiro - GB. - Brasil

Nº 1.191

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1969

Ao: Dr. Carlos Correia Mascaro - Diretor do INEP
Do: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes - Coordenador do CEOSE

Senhor Diretor,

De acôrdo com a recomendação de V. S.ª, tenho o prazer de passar às suas mãos os projetos de trabalho do CEOSE para o primeiro semestre de 1969. Para o conhecimento de colegas que por acaso não tenham tido a oportunidade de lê-los, junto aos projetos dois textos doutrinários, de diferentes épocas, contendo as diretrizes que os inspiraram.

Atenciosas saudações,

Durmeval Trigueiro.

Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador

PLANO DAS ATIVIDADES DO CEOSE PARA O 1º SEMESTRE DE 1969

1. O reativamento das atividades do CEOSE em 1969 não pode deixar de conciliar duas ordens de interêsses: a) o compromisso com os Estados, alicerçado em quase dois anos de trabalho, ao têrmo dos quais atingimos o ponto exato de testar a experiência, e de, com as correções necessárias, promover a sua ampliação e consolidação; b) a unidade de pensamento e de ação dos serviços de assistência técnica, mediante o acionamento de mecanismos de coordenação geral pelo órgão a que estão vinculados - o INEP.

2. Continuidade da assistência aos Estados

A assistência técnica oferecida pelo CEOSE caracteriza-se, antes de tudo, pelo seu caráter abrangente. Visando, em cada Estado, abarcar a totalidade do sistema educacional, baseia-se no postulado de que pretender mudar apenas uma parte do sistema significa mobilizar tôdas as outras partes contra a mudança desejada. Por isso mesmo, os nossos instrumentos de ação são, sobretudo no começo, os instrumentos da totalidade: o planejamento e a estrutura político-administrativa. A estrutura compreende as condições institucionais básicas e, pois, permanentes, dentro das quais se organiza e se move o dinamismo dos Estados: o planejamento é a expressão eficiente dêsse dinamismo.

Êsses dois quadros referenciais - um só, se bem considerados - não representam uma simples moldura, fabricada de antemão, como se lhe conviessem, indiferentemente, os mais diversos conteúdos; ao contrário, dêstes resultam, ao mesmo tempo que os modelam e lhes refletem a especificidade própria. As soluções propostas nos dois mencionados setores são, portanto, em última análise, soluções pedagógicas.

Mas não abordamos os problemas pedagógicos apenas por essa forma indireta, que consiste em fixar-lhes os pressupostos e as condições determinantes, de natureza sociológica, econômica, administrativa e operacional, se não também de forma direta e específica.

b) Partindo dessas diretrizes, devemos entregar-nos, no 1º semestre de 1969, a quatro tarefas fundamentais: I) reiniciar os contatos com os Estados; II) promover cursos de formação e treinamento das equipes técnicas encarregadas da renovação educacional nos Estados; III) publicação de estudos resultantes de seis Colóquios; IV) reconstituição, em têrmos provisórios, da própria equipe do CEOSE, dotando-a de pessoal técnico indispensável ao cumprimento dêsses encargos. A êsses quatro ítens correspondem os projetos I, II, III e IV, em anexo.

PROJETO I

COLÓQUIOS DE EDUCAÇÃO NOS ESTADOS DO CEARÁ E DE PERNAMBUCO

1. Apesar de já se ter realizado a primeira reunião do CEOSE em cada um dêsses Estados, não foi possível dar prosseguimento ao impulso inicial, em razão da falta de pessoal e de recursos financeiros, que determinou pràticamente a paralisação de nosso programa nesse setor.

2. Segundo os moldes adotados nas últimas reuniões do CEOSE, à equipe do CEOSE deverão reunir-se representantes do IPEA, da SUDENE e do CRPE de Pernambuco, correndo à conta dessas entidades as despesas com as respectivas representações. O staff do CEOSE será constituído de 6 pessoas, inclusive dois peritos da UNESCO.

3. Custeio do projeto:

Passagens áereas: NCR$ 8.658,20.

Hospedagem (quatro dias): NCR$ 3,200,00.

Projeto II -

PRIMEIRO CICLO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAIS

I - OBJETIVOS

1. Contribuir para a redefinição da infra-estrutura administrativa dos sistemas educacionais, com vistas à introdução do planejamento racional da educação;

2. elaborar a metodologia dêsse planejamento.

II - TEMÁTICA

A) A Reforma Administrativa dos órgãos diretores da Educação

1. A reforma do sistema administrativo federal e suas repercussões nos Estados.

   a) Análise da reforma
   b) Repercussão no Ministério da Educação
   c) Repercussão da reforma federal nos Estados, especialmente nas Secretarias de Educação,

      I) quanto às relações entre êles e o Govêrno federal
      II) quanto à possível assimilação por êles da sistemática federal

2. Organização das Secretarias de Educação quanto às suas funções.

   a) As funções essenciais da Secretaria de Educação e os órgãos correspondentes. A divisão das funções e órgãos sob dupla perspectiva: dos objetivos (atividades-fins e atividades-meios) e do poder (funções normativas, deliberativas e executivas).

   b) Discriminação e estrutura dos órgãos-fins. Os pressupostos de:

      I) doutrina educacional
      II) organicidade
      III) modo de operar

   c) Discriminação e estrutura dos órgãos-meios; sua organicidade e seu modo de operar.

      I) comunicação
      II) documentação (fichários, cadastro e estatística; contrôle de dados)
      III) administração de pessoal e de material
      IV) orçamento e finanças

   d) Descentralização do sistema:

      I) descentralização do ponto de vista pedagógico-cultural
      II) descentralização do ponto de vista administrativo

e) Como assegurar continuidade à ação da Secretaria de Educação.
- Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível.

f) Condições para o aprimoramento do sistema educacional no âmbito da Secretaria de Educação.
- O problema do staff: categorias de especialistas que deve abranger; sua formação, recrutamento e remuneração.

3. Organização das Secretarias de Educação quanto às articulações do sistema (especialmente em função do planejamento)

a) entre os vários níveis da administração pública: federal, estadual e municipal;
b) entre o sistema público e o sistema privado da educação
c) entre a Secretaria de Educação e o Conselho Estadual de Educação;
d) entre os órgãos-fins e os órgãos-meios.

B) Planejamento Educacional

1. Que é um plano de educação
- Distinção entre o planejamento como processo institucionalizado, e plano como resultado do planejamento.
- A metodologia (segundo as condições legais e culturais). Análise da situação. Objetivos. Compatibilidade intersetorial. Integração em vários níveis: estadual, regional e nacional.
- Os instrumentos.
- O planejamento no caso brasileiro: limites e permissões da lei (1).

2. Objetivos cívico-culturais (no campo da educação abrangendo sobretudo o ensino primário e o médio) (2)

3. Objetivos sócio-econômicos
a) Efeitos econômicos da educação, segundo os níveis e modalidades de ensino (3)
b) Fixação de metas econômicas
c) Cálculo econômico da educação

---

(1) Nesse ponto serão evocados de passagem outros pressupostos do planejamento, embora o estudo pormenorizado dêstes fique reservado para outro seminário.

(2) Nas exposições sôbre os objetivos cívico-culturais e econômicos, procurar-se-á discriminá-los e delimitá-los de um modo genérico, ainda que sob a inspiração das condições concretas da educação brasileira. A conversão dêsses objetivos em metas será estudada no ponto referente à "realização de objetivos".

(3) Embora possam ser lembrados modêlos abstratos como base de referência, evitar-se-á a análise puramente ecomométrica que será estudada noutro seminário.

4. Análise da situação educacional

a) aspectos qualitativos

b) aspectos quantitativos; o problema dos recursos financeiros

5. Realização dos objetivos

a) reformulação de estruturas e aperfeiçoamento dos padrões educacionais (aspecto qualitativo)

b) expansão do sistema educacional, discriminando-se os vários níveis e modalidades de ensino (aspecto quantitativo)
- como diagnosticar as necessidades e como promover a expansão ,

c) despesas de investimento e despesas de custeio (aspecto financeiro).

I) métodos e processos de calcular o investimento e o custeio(discriminar recursos humanos e recursos materiais)

II) volume de recursos necessários à realização das metas educacionais

d) a fixação dos prazos, seus pressupostos e métodos

e) avaliação e revisão periódica do Plano

f) a política da integração

I) entre as várias áreas administrativas e níveis de poder, e entre o esfôrço público e o esfôrço privado.

6. Técnicas de planejamento educacional

a) como avaliar o rendimento do sistema educacional, discriminando fenômenos como a repetência e a evasão, a distribuição dos contingentes escolares pelas faixas de idade, etc.

b) como avaliar as despesas da educação e fixar os custos unitários;

c) critérios e métodos para a racionalização das despesas da educação;

d) o orçamento-programa como instrumento de política-educacional; sua elaboração, execução e contrôle.

III - PROGRAMAS DOS SEMINÁRIOS

Reforma do sistema administrativo federal	João Paulo Veloso
Repercussões da reforma administrativa no Ministério da Educação e Cultura	Edson Franco
Organização das Secretarias de Educação : discriminação e estrutura dos órgãos-fim; descentralização do ponto de vista pedagógico.	Durmeval Trigueiro Mendes (*)
	Carlos Pasquale

(*) O primeiro nome que figura ao lado de cada tema é o do relator, e os outros, dos debatedores.

Educação e desenvolvimento. O que é um plano de educação. Objetivos e fins. Metodologia	Durmeval Trigueiro Mendes Arlindo Lopes Correa Isaac Kerstenevsky
Pressupostos e condições institucionais, culturais e geo-econômicas do planejamento	Durmeval Trigueiro Mendes José Arthur Rios
O modêlo brasileiro de planejamento em educação	Arlindo Lopes Correa Carlos Maciel Isaac Kerstenevsky
Formulação e fixação de metas qualitativas e quantitativas	Arlindo Lopes Correa Isaac Kerstenevsky
Informações necessárias à elaboração dos planos. Centros de informação, estatísticas e cadastro. Matemática educacional (cálculo de novas matrículas, repetição, deserção; amostragens)	Isabelle Deblé
Pesquisas educacionais e sua orientação; análise e tratamento dos dados coletados	Jayme Abreu Carlos Maciel
Aspectos específicos de planejamento do ensino primário	Carlos C. Mascaro Lucia Pinheiro Marques
Aspecto específicos do planejamento do ensino médio	Carlos Maciel Pery Porto
Aspectos específicos do planejamento do ensino superior	Durmeval Trigueiro Mendes Van Gersdoff Correa
Mecanismos necessários à formulação, elaboração, implantação, execução e avaliação dos planos	Carlos Maciel Arlindo Lopes Correa
Programa de dispêndios. Estrutura de recursos. Projeção de recursos prováveis dos Estados e dos Municípios	Arlindo Lopes Correa Carlos Maciel

O orçamento-programa como instrumento de política educacional	João Paulo Veloso Aluisio G. Mendes
Rotinas administrativas: administração dos recursos pela União e pelos Estados	Carlos Pasquale Edson Franco
Administradores e técnicos na administração educacional. Constituição e preservação de instâncias técnicas de alto nível. Seleção, treinamento e remuneração de especialistas. Criação de novas categorias de especialistas no campo da educação	Durmeval Trigueiro Mendes Jayme Abreu

IV - Organização do Ciclo

a) O ciclo será realizado duas vezes, com o mesmo programa, em vista, não só reunir os Estados em dois grupos, segundo um critério de relativa afinidade, como também estabelecer, com um número menos avultado de participantes, condições adequadas ao rendimento dos trabalhos.

b) Local: Rio de Janeiro

c) Duração: 3 semanas, devendo iniciar-se, para o 1º grupo, a 14 de abril, e para o 2º grupo, a 26 de maio.

d) Representantes: de cada Estado, três, e das entidades interessadas, 1 ou 2, a critério da coordenação do CEOSE.

e) Custo do projeto, incluindo os dois grupos:

Passagens	NCr$ 33,589,80
Retribuição a relatores e debatedores	NCr$ 4.122,00
TOTAL	NCr$ 37.711,80

Paulo Novais Conselheiros

Projeto III

PUBLICAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS SÔBRE A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS ESTADOS DE PARAÍBA, PARANÁ, SANTA CATARINA, PERNAMBUCO, SERGIPE E CEARÁ

1. Tôda pesquisa, como é notório, só se completa quando, publicada, multiplica os seus efeitos e instaura um processo permanente de conhecimento. No caso do CEOSE, as publicações dos resultados e, ainda mais, dos processos utilizados para obtê-los, devem articular-se com um processo de conhecimento com vistas à ação, uma vez que se trata de pesquisa para fins administrativos e não meramente acadêmicos.

É da essência da assistência técnica essa ambivalência teórico-prática, mediante a qual se estabelece um vai-e-vem entre a pesquisa de laboratório e as contigências da ação. Os órgãos que a promovem não se confundem com os destinados à pesquisa, nem os substituem, do mesmo modo que não se identificam com os órgãos administrativos: o seu trabalho em ambos se enriquece para, em troca, poder igualmente enriquecê-los. O mesmo pode dizer-se quanto à documentação, cuidando o CEOSE de promovê-la junto aos fatos em que ela nasce, sem prejuízo - ao contrário - dos órgãos que a recolhem, como produto final.

2. Tendo em vista a exigüidade do período fixado para a realização dos projetos, escolhemos os estudos que alcançaram certo grau de acabamento, deixando para outra oportunidade a publicação daquêles que exigem revisões ao contato renovado com as situações e os dados de que êles resultaram.

3. Custo do projeto:

Série Relatórios: 6 volumes relativos aos Estados de Paraíba, Paraná, S. Catarina, Pernambuco, Sergipe e Ceará, de 80 p. com tiragem de 2.000 exemplares, em papel acetinado.

Preço de cada volume	NCr$	4.000,00
Total da série	NCr$	24.000,00

Série Administração Educacional: 1 volume de 50 p. contendo dois estudos sôbre princípios doutrinários referentes à reforma das Secretarias de Educação, um do do Prof. Durmeval Trigueiro Men

des, e outro, do Prof. Michel Debrun, com tiragem de 2.000 exemplares, em papel acetinado.

Preço do volume ..... NCr$ 4.000,00

Planejamento gráfico e revisão dêsses trabalhos ... NCr$ 3.000,00

ORÇAMENTO GLOBAL ..... NCr$ 31.000,00

Estas publicações seriam editadas pelo Serviço Gráfico da Fundação I.B.G.E. e o orçamento acima proposto seguiu aproximadamente os últimos preços de edições do INEP impressas nesse Serviço.

Projeto IV

RECONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DO CEOSE

1. A equipe do CEOSE foi integrada, em largo período, por três especialistas da UNESCO e um especialista brasileiro, designado pelo INEP. Afastados aquêles, aguardamos a chegada de dois novos peritos da UNESCO que se integrarão em nossas atividades: a Sra. Isabelle Deblé, para concluir a missão que interrompeu por dois mêses, e o Sr. Van Gersdoff.

Do lado brasileiro, propomos como medida indispensável à realização dos quatro projetos do CEOSE, a constituição de um staff provisório, cuja estrutura e remuneração seriam as seguintes:

a) Equipe técnica:

2 especialistas de categoria senior, NCR$ 1.200,00 (cada um)

3 especialistas de categoria junior, NCR$ 800,00 (cada um)

b) Equipe administrativa:

1 Secretário executivo, NCR$ 576,00

2 Secretárias bilingue: NCR$ 687,52

1 Datilógrafa: NCR$ 236,52

1 Servente: NCR$ 79,20.

2. Cabe esclarecer que, em relação à equipe administrativa, permanece a situação atual quanto à estrutura e aos níveis de remuneração, apenas acrescidos, êstes, do aumento de 20%, por simetria com o que foi concedido ao funcionalismo público.

3. Despesas de custeio:

Equipe técnica: NCR$ 28.800,00

Equipe administrativa: NCR$ 9.475,44.

Relatório - Ceose = 1191 1180

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação)

1. O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, bàsicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio.

A Lei fêz emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, 22 sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um dêles usar de uma relativa autonomia para expressar a sua própria fôrça e peculiaridades, até mesmo suas limitações, que não podem ser dissimuladas por vistosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no mêro jôgo de aparências. Entretanto, a autonomia criadora não decorre automàticamente da autonomia legal: êsta é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa nos Estados, sobretudo nos menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vêzes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de perscrutação das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de idéias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir a um nôvo programa educacional, carecendo de condições para tratar tècnicamente os problemas técnicos, expostos mais fàcilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interêsses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos educacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu florescimento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO, sob a coordenação de um educador brasileiro.

A sua ação se exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. A metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica e à continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por tôda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esfôrço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão - de padrão internacional - para colocar êsse esfôrço ao nível de ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

1. Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.

2. Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.

3. Elaboração de estudos (prontos para publicações) sôbre a situação global da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná.

4. Estudos sôbre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S.Paulo, e Rio Grande do Sul.

5. Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sôbre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".

6. Estudos em realização: "Custos da Educação no Brasil em 1966" , "Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil".

7. Projeto de um curso sôbre <u>planejamento e administração educacionais</u> para dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais dos Estados, a ser realizado em março de 1969, com a colaboração do IPEA.

8. Numerosos estudos técnicos a serem publicados sôbre planejamento e administração educacionais.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação)

1. O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, bàsicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio.

A Lei fêz emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, 22 sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um dêles usar de uma relativa autonomia para expressar a sua própria fôrça e peculiaridades, até mesmo suas limitações, que não podem ser dissimuladas por vistosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no mêro jôgo de aparências. Entretanto, a autonomia criadora não decorre automàticamente da autonomia legal: êste é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa nos Estados, sobretudo nos menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vêzes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de perscrutação das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de idéias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir a um nôvo programa educacional, carecendo de condições para tratar tècnicamente os problemas técnicos, expostos mais fàcilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interêsses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos educacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu florescimento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO, sob a coordenação de um educador brasileiro.

A sua ação se exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. A metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica e à continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por tôda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esfôrço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão - de padrão internacional - para colocar êsse esfôrço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

1. Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.

2. Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.

3. Elaboração de estudos (prontos para publicações) sôbre a situação global da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná.

4. Estudos sôbre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S.Paulo, e Rio Grande do Sul.

5. Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sôbre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".

6. Estudos em realização: "Custos da Educação no Brasil em 1966" , "Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil".

7. Projeto de um curso sôbre planejamento e administração educacionais para dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais dos Estados, a ser realizado em março de 1969, com a colaboração do IPEA.

8. Numerosos estudos técnicos a serem publicados sôbre planejamento e administração educacionais.

Súmula das atividades do CEOSE

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação)

~~1.~~ a) O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, bàsicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio, em relação aos Estados.

A Lei fêz emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, ~~22~~ vinte e dois sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um dêles usar de ~~sua~~ relativa autonomia para expressar a sua própria fôrça e peculiaridades, até mesmo suas limitações, que não podem ser dissimuladas por vistosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no mero jôgo de aparências. Entretanto, a <u>autonomia criadora</u> não decorre automàticamente da <u>autonomia legal</u>: êste é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa, ~~aos Estados~~, sobretudo nos Estados, menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vêzes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de perscrutação das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de idéias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir a um nôvo programa educacional, carecendo de condições para tratar tècnicamente os problemas técnicos, expostos mais fàcilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interêsses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos educacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

Furter 1 de maio/66 a maio/67
Lebrun-Torfs 2 de maio/66 a julho/68
Hebler 1 de junho a dezembro/68

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu florescimento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO, sob a coordenação de um educador brasileiro.

b) A sua ação se exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. A metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica, e a continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por tôda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esfôrço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão - de padrão internacional - para colocar êsse esfôrço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

1. Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.

2. Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.

3. Elaboração de estudos (prontos para publicações) sôbre a situação global da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná.

4. Estudos sôbre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S.Paulo, e Rio Grande do Sul.

5. Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sôbre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".

6. Estudos ~~em realização~~ em desenvolvimento: "Custos da Educação no Brasil em 1966", "Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil".

não ~~7. Projeto de um curso sôbre planejamento e administração educacionais para dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais dos Estados, a ser realizado em março de 1969, com a colaboração do IPEA.~~

7. Numerosos estudos técnicos ~~a serem publicados~~ sôbre planejamento e administração educacionais.

5. Para as atividades, acima ~~exame~~ referidas, contou o CEOSE, além do pessoal de secretaria, com 1 especialista brasileiro, e ~~três~~ com peritos da UNESCO: 3 de ... a ...; dois, de ... a ...; e 1, de ... a ...

O dispêndio total do CEOSE até hoje soma ....

Fontes Tostes maio/66 a julho/68
Hebron
Diblé – junho a dezembro/68

Relatório - Ceose

1180

ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação)

1. O Ministério da Educação, tal como o reclamam o espírito e a letra da LDB, passou a constituir, bàsicamente, um órgão de assistência técnica. Órgão de animação e impulsionamento, de antecipação e de equilíbrio.

A Lei fêz emergir do antigo sistema monolítico, controlado pelo MEC, 22 sistemas educacionais diferenciados, podendo cada um dêles usar de uma relativa autonomia para expressar a sua própria fôrça e peculiaridades, até mesmo suas limitações, que não podem ser dissimuladas por vistosos esquemas uniformizadores sem se esterilizarem no nêro jôgo de aparências. Entretanto, a autonomia criadora não decorre automàticamente da autonomia legal: êsta é o caminho, o estatuto permissivo, mas a construção mesma de um sistema depende da capacidade de ocupar o espaço que o afastamento do MEC deixou vazio. Essa capacidade, entorpecida por décadas de docilidade ao poder central, não se improvisa nos Estados, sobretudo nos menos desenvolvidos. Faltam-lhes, as mais das vêzes, quadros técnicos, conhecimento dos problemas e a posse de certas técnicas de perscrutação das realidades locais; falta-lhes, não raro, a atitude mesma de assumir o meio com os seus problemas como ponto de partida para a elaboração de um sistema diferenciado de educação. O apêlo fácil aos modelos de fora, tendo em vista a adoção mecânica em vez do estímulo fertilizador, continua em muitos casos a burlar o espírito de criação ensejado pela LDB. As deficiências de atitudes e de idéias não poderiam deixar de refletir-se no processo administrativo. As estruturas burocráticas das Secretarias de Educação estão longe de servir a um nôvo programa educacional, carecendo de condições para tratar tècnicamente os problemas técnicos, expostos mais fàcilmente, por isso mesmo, a serem desfigurados pelos interêsses menores da política. De tudo isso resulta a debilidade dos planos educacionais, cujos efeitos negativos só podem ser calculados pela importância do próprio planejamento como processo indispensável de multiplicar os escassos recursos - materiais e humanos - destinados à educação, acelerando e dando sentido ao desenvolvimento que todos desejam.

2. Ao MEC, que antes retirava a autonomia dos Estados, cabe agora ajudá-los a ser livres. Pois a liberdade não é verdadeira nem se exerce conscientemente sem um lastro de idéias que a iluminem. Essa é a filosofia da assistência técnica: o vazio deixado nos Estados pela retirada do autoritarismo burocrático tem de ser preenchido pela ação supletiva, que não pretenda substituir-se à iniciativa local, mas criar condições para o seu florescimento. Para êsse fim é que foi criado o CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação).

3. O CEOSE está sob a responsabilidade executiva de uma Comissão vinculada ao INEP, e constituída de especialistas, brasileiros e da UNESCO, sob a coordenação de um educador brasileiro.

3. A ação se exerce em contato direto com os Estados, com três objetivos essenciais: despertar no meio local a consciência de suas necessidades, formular o diagnóstico da situação educacional, e colaborar na criação de um staff como ponto de apoio da política a ser traçada. A metodologia baseia-se na interpenetração dos fatos e das idéias, evitando-se os esquemas pré-fabricados, mas também o pragmatismo sem horizonte. É importante destacar no sistema as relações diretas e pessoais, indispensáveis à assistência técnica e à continuidade com que se realizam, igualmente necessária a um processo que deve ser permanente. Em alguns Estados, a reestruturação do sistema educacional, em vias de operar-se, tomou impulso na colaboração do CEOSE, e noutros, vai consagrando em leis e no próprio processo administrativo soluções encontradas, conjuntamente, pelos especialistas dêsse órgão e pelas autoridades e técnicos locais. Em matéria de planejamento o concurso de técnicos do CEOSE foi substancial nos bem sucedidos e louváveis esforços de alguns Estados como o Rio Grande do Sul e a Bahia. Nenhum Estado deixou de ser visitado, ou por tôda a equipe, ou por alguns de seus integrantes, o que não deixa de representar considerável esfôrço, tratando-se de um grupo de apenas cinco pessoas. Cuidou o MEC de utilizar nessa tarefa os próprios especialistas da Comissão - de padrão internacional - para colocar êsse esfôrço ao nível da ambição renovadora que anima o programa.

Vale ainda ressaltar o empenho do CEOSE em concentrar nas mesmas frentes de trabalho, além do seu próprio grupo, representantes do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e, segundo a região do país, das respectivas Superintendências de Desenvolvimento, como vem ocorrendo com a SUDENE e a SUDESUL.

4. Tendo iniciado as suas atividades em março de 1967, o CEOSE apresenta o seguinte acervo de atividades:

1. Nove Colóquios com a participação da Comissão: nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Alagoas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte.

2. Visitas (algumas, reiteradas) de Membros da Comissão, a todos os Estados.

3. Elaboração de estudos (prontos para publicações) sôbre a situação global da educação em quatro Estados: Paraíba, Santa Catarina, Sergipe, Paraná.

4. Estudos sôbre a reforma das Secretarias de Educação dos Estados de Goiás, Bahia, S.Paulo, e Rio Grande do Sul.

5. Estudos estatísticos: "Proposições para o levantamento de dados estatísticos da Educação no Brasil", "Exame da Publicação Estatística "Situação Cultural", 1967, realizada pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura". "Projeto: "Custo da Educação no Brasil", "Nota sôbre a Possível Orientação dos Trabalhos de Estatísticas Escolares em vista da Planificação".

6. Estudos em realização: "Custos da Educação no Brasil em 1966" , "Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil".

7. Projeto de um curso sôbre <u>planejamento e administração educacionais</u> para dirigentes e técnicos dos sistemas educacionais dos Estados, a ser realizado em março de 1969, com a colaboração do IPEA.

8. Numerosos estudos técnicos a serem publicados sôbre planejamento e administração educacionais.

C. B. P. E.

Subsídios para o relatório sôbre as Atividades do Ceose / Nov./68

1º) DATA DO 1º CEOSE : Paraíba - 8 a 15 de março de 1967

2º) RELAÇÃO DE TODOS OS ESTADOS:

a) <u>onde houve CEOSE pròpriamente dito</u>:

- Paraíba : março de 1967
- Sergipe: abril de 1967
- Paraná: maio de 1967
- Santa Catarina: julho de 1967
- Rio Grande do Sul: julho de 1967
- Alagoas: dezembro de 1967
- Maranhão: março de 1968
- Piauí: abril de 1968
- Rio Grande do Norte: maio de 1968

b) <u>visitados por membros dos CEOSE</u>

- Acre
- Território de Rondônia
- Território do Amapá
- Maranhão
- Piauí
- Ceará
- Rio Grande do Norte
- Paraíba
- Pernambuco
- Alagoas
- Sergipe
- Bahia
- Espírito Santo
- Rio de Janeiro
- São Paulo
- Paraná
- Santa Catarina
- Rio Grande do Sul
- Goiás
- Mato Grosso
- Minas Gerais

3º) RELATÓRIOS APRESENTADOS:

Paraíba
Santa Catarina
Sergipe
Paraná

4º) ESTUDOS FEITOS PELOS ELEMENTOS DOS CEOSE:

- Definição Geral dos Planos - Jacques Torfs
- Receitas e Despesas com o Ensino - Jacques Torfs
- Aspectos Econômicos do Professorado - Jacques Torfs
- Novos Modelos Propostos para a Projeção das Cifras da População e para o Cálculo da Distribuição da População por Grupos Etários - Jacques Torfs
- Conteúdo de um Plano Estadual de Educação - Jacques Torfs
- Normas Propostas pela Operação dos Sistemas Educacionais no Estado de São Paulo: Exposição de Motivos e Projetos de Regulamento - Jacques Torfs
- Meios Recomendados para a Realização de um Plano Educacional - Jacques Torfs.
- Problemas do Magistério Primário - Jacqes Torfs
- Cálculo da matrícula provável e várias séries primárias/Bahia - Jacques Torfs.
- Projeções do Ensino Primário, Plano Educacional do Estado da Bahia - Jacques Torfs
- Memorandum sôbre o Sistema de Fichas e Computadores para o SENAI - Jacques Torfs
- Cálculo e Projeção da Matrícula e dos Principais Parâmetros Educacionais 1966-70 - Jacques Torfs
- Nova Estimativa das Despesas com o Ensino no Período de 64-70 (Provisório) - Jacques Torfs
- Plano Estadual de Educação - Paraná - Jacques Torfs
- Inventário e Cálculo das Necessidades de Mão-de-Obra e Profissionais na região sul do País - Jacques Torfs
- Metodologia: Cálculo da Repetência e da Deserção/ Minas Gerais - Jacques Torfs
- Conteúdo de um Plano Educacional de Emergência - J. Torfs
- Recomendações sôbre Planejamento Educacional/Estado da Bahia - Jacques Torfs
- Sugestões para um Programa de Treinamento e Planejamento Educacional - Jacques Torfs
- Sugestões para um Programa de Treinamento e Planejamento Educacional - Jacques Torfs
- Sugestões para organização do SENAI/S.Paulo - Jacques Torfs
- Comentário sôbre o Plano Nacional de Metas da Educação - Jacques Torfs
- Matemáticas do Planejamento Educacional - Jacques Torfs
- Reforma das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura - Michel Debrun.

- Estudos sôbre Reforma das Secretarias de Educação:

- Bahia - Jacques Torfs
- São Paulo - Jacques Torfs
- Goiás - Jacques Torfs
- Rio Grande do Sul - Jacques Torfs
- Santa Catarina - Michel Debrun
- Santa Catarina - Jacques Torfs
- Órgãos-fim das Secretarias de Educação e Cultura e Descentralização do Ponto de Vista Pedagógico - Michel Debrun
- Divisão ou Seção de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário - Michel Debrun
- Órgãos-meio das SEC e a Descentralização do Ponto de Vista Administrativo - Michel Debrun
- Reforma Administrativa do MEC e do SEC

- Estudos Estatísticos:

- Propositions pour les Relevés des Données Statistiques de l'Education au Brésil - Isabelle Deblé
- Examen de la Publication Statistique "Situação Cultural", 1967, realisée par le Serviço de Estatística de Educação e Cultura du Ministério da Educação e Cultura - Isabelle Deblé
- Projeto: "Custo da Educação no Brasil" - Lúcia Nagasawa
- Note sur l'Orientation Possible des Travaux de Statistiques Scolaires en vue de la Planification - Isabelle Deblé
- Simpósio Interamericano de Administração Escolar O.E.A. - INEP - ANPAE - Relatório - Isabelle Deblé
- Comment contrôler l'éxecution de l'"Operação-Escola" par des methodes statistiques - Isabelle Deblé

- Estudos em realização:

- Custos da Educação no Brasil em 1966
- Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil

5º) PROJETOS

- Condições e pressupostos da mudança na política Educacional - Durmeval Trigueiro Mendes
- 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais

6º) REESTRUTURAÇÃO DO CEOSE

Subsídios para o relatório sôbre as atividades do CEOSE

1º) DATA DO 1º CEOSE : Paraíba - 8 a 15 de março de 1967

2º) RELAÇÃO DE TODOS OS ESTADOS:

a) <u>onde houve CEOSE pròpriamente dito</u>:

- Paraíba : março de 1967
- Sergipe: abril de 1967
- Paraná: maio de 1967
- Santa Catarina: julho de 1967
- Rio Grande do Sul: julho de 1967
- Alagoas: dezembro de 1967
- Maranhão: março de 1968
- Piaui: abril de 1968
- Rio Grande do Norte: maio de 1968

b) <u>visitados por membros dos CEOSE</u>

- Acre
- Território de Rondônia
- Território do Amapá
- Maranhão
- Piauí
- Ceará
- Rio Grande do Norte
- Paraíba
- Pernambuco
- Alagoas
- Sergipe
- Bahia
- Espírito Santo
- Rio de Janeiro
- São Paulo
- Paraná
- Santa Catarina
- Rio Grande do Sul
- Goiás
- Mato Grosso
- Minas Gerais

3º) RELATÓRIOS APRESENTADOS:

Paraíba
Santa Catarina
Sergipe
Paraná

4º) ESTUDOS FEITOS PELOS ELEMENTOS DOS CEOSE:

- Definição Geral dos Planos - Jacques Torfs
- Receitas e Despesas com o Ensino - Jacques Torfs
- Aspectos Econömicos do Professorado - Jacques Torfs
- Novos Modelos Propostos para a Projeção das Cifras da População e para o Cálculo da Distribuição da População por Grupos Etários - Jacques Torfs
- Conteúdo de um Plano Estadual de Educação - Jacques Torfs
- Normas Propostas pela Operação dos Sistemas Educacionais no Estado de São Paulo: Exposição de Motivos e Projetos de Regulamento - Jacques Torfs
- Meios Recomendados para a Realização de um Plano Educacional - Jacques Torfs.
- Problemas do Magistério Primário - Jacques Torfs
- Cálculo da matrícula provável e várias séries primárias/Bahia - Jacques Torfs.
- Projeções do Ensino Primário, Plano Educacional do Estado da Bahia - Jacques Torfs
- Memorandum sôbre o Sistema de Fichas e Computadores para o SENAI - Jacques Torfs
- Cálculo e Projeção da Matrícula e dos Principais Parâmetros Educacionais 1966-70 - Jacques Torfs
- Nova Estimativa das Despesas com o Ensino no Período de 64-70 (Provisório) - Jacques Torfs
- Plano Estadual de Educação - Paraná - Jacques Torfs
- Inventário e Cálculo das Necessidades de Mão-de-Obra e Profissionais na região sul do País - Jacques Torfs
- Metodologia: Cálculo da Repetência e da Deserção/ Minas Gerais - Jacques Torfs
- Conteúdo de um Plano Educacional de Emergência - J. Torfs
- Recomendações sôbre Planejamento Educacional/Estado da Bahia - Jacques Torfs
- Sugestões para um Programa de Treinamento e Planejamento Educacional - Jacques Torfs
- Sugestões para um Programa de Treinamento e Planejamento Educacional - Jacques Torfs
- Sugestões para organização do SENAI/S.Paulo - Jacques Torfs
- Comentário sôbre o Plano Nacional de Metas da Educação - Jacques Torfs
- Matemáticas do Planejamento Educacional - Jacques Torfs
- Reforma das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura - Michel Debrun.

- Estudos sôbre Reforma das Secretarias de Educação:

- Bahia - Jacques Torfs
- São Paulo - Jacques Torfs
- Goiás - Jacques Torfs
- Rio Grande do Sul - Jacques Torfs
- Santa Catarina - Michel Debrun
- Santa Catarina - Jacques Torfs
- Órgãos-fim das Secretarias de Educação e Cultura e Descentralização do Ponto de Vista Pedagógico - Michel Debrun
- Divisão ou Seção de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário - Michel Debrun
- Órgãos-meio das SEC e a Descentralização do Ponto de Vista Administrativo - Michel Debrun
- Reforma Administrativa do MEC e do SEC

- Estudos Estatísticos:

- Propositions pour les Relevés des Données Statistiques de l'Education au Brésil - Isabelle Deblé
- Examen de la Publication Statistique "Situação Cultural", 1967, realisée par le Serviço de Estatística de Educação e Cultura du Ministério da Educação e Cultura - Isabelle Deblé
- Projeto: "Custo da Educação no Brasil" - Lúcia Nagasawa
- Note sur l'Orientation Possible des Travaux de Statistiques Scolaires en vue de la Planification - Isabelle Deblé
- Simpósio Interamericano de Administração Escolar O.E.A. - INEP - ANPAE - Relatório - Isabelle Deblé
- Comment contrôler l'éxecution de l'"Operação-Escola" par des methodes statistiques - Isabelle Deblé

- Estudos em realização:

- Custos da Educação no Brasil em 1966
- Diversos levantamentos estatísticos sôbre a situação do ensino no Brasil

5º) PROJETOS

- Condições e pressupostos da mudança na política Educacional - Durmeval Trigueiro Mendes
- 1º Ciclo de Estudos de Planejamento e Administração Educacionais

6º) REESTRUTURAÇÃO DO CEOSE

C. B. P. E.

Nº 990 Rio de Janeiro, 15 de abril de 1968

Ao: Prof. Durmeval Trigueiro Mendes
Coordenador dos CEOSE

Do: Prof. Jacques Torfs
Perito da UNESCO

Senhor Coordenador,

Tenho a satisfação de, atendendo à sua solicitação, encaminhar-lhe o relatório de minhas atividades durante os anos 1966, 1967 e 1968, a serviço dos CEOSE.

Êsse relatório inclui as seguintes partes:

1. Estudos Gerais
2. Colaboração com EPEA/IPEA
3. Relações com os Estados
4. Outros projetos

- Lista dos documentos produzidos em 1966, 1967 e 1968
- Lista de técnicos em Planejamento
- Lista e roteiro de visitas aos Estados.

Muito atenciosamente

Jacques Torfs

Jacques Toffs

ESTUDOS GERAIS

Por solicitação dos CEOSE, do IPEA ou dos Estados, ou por considerá-los indispensáveis à melhoria das bases do trabalho de planejamento educacional no Brasil, realizei vários tipos de estudos técnicos, tais como:

ESTUDO DAS DESPESAS COM O ENSINO:

Uma primeira análise dêste problema foi feita no documento AJ, baseada no documento "Despesas com o Ensino 1961" da SEEC.

Em 1968 comecei uma investigação muito mais detalhada dêste tema, sôbre a qual elaborei os documentos provisórios CD e CJ.

Conto agora com a colaboração da Senhorita Lúcia Maria Nagasawa, do IPEA, para completar um estudo mais completo de (a) as despesas por sistemas educacionais (Estados, União, Municípios, Particulares) e (b) as despesas por níveis (Primário, Médio, Superior, demais tipos de ensino e demais programas). Êste estudo poderá, provàvelmente, ser terminado em maio vindouro.

MATEMÁTICAS EDUCACIONAIS:

O documento BP, completado pelo documento CL, apresenta algumas bases para o desenvolvimento de um sistema de matemáticas educacionais. Essas bases foram aproveitadas em vários estudos, para a análise das características educacionais existentes, para estimar o valor de algumas incógnitas, e para fazer projeções da matrícula por séries.

Estou preparando uma versão muito mais adiantada dos documentos anteriores.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Colaborei na redação dos capítulos do Plano Decenal de Educação do EPEA, referentes à Reforma Administrativa do Ministério da Educação (Documento AX).

O documento CM, sôbre a estruturação dos órgãos da faixa normativa no Ministério da Educação foi realizado para oferecer uma possível solução aos problemas com que se defrontou o INEP no início de 1968.

COLABORAÇÃO COM O EPEA/IPEA

PLANO DECENAL DO EPEA E PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO IPEA

Participei ativamente na elaboração do Plano Decenal do EPEA, particularmente no que diz respeito a (1) criação de um modêlo sócio-cultural para o desenvolvimento do ensino primário e ginasial, (2) A reforma administrativa do ensino e (3) a estimativa dos custos do Plano.

Os documentos AK (Meios para a realização de um plano educacional), AP (Objetivos educacionais), AR (Objetivos educacionais) e AZ (Educação e Demografia) também foram preparados para contribuir para o Plano Decenal.

A minha colaboração ao Programa Estratégico limitou-se à discussão de alguns pontos de caráter geral. Na minha opinião, um "programa estratégico" - que, por definição é eminentemente setorial, parcial e a curto prazo - é a antítese de um planejamento racional.

Continuo a colaborar com o IPEA nos seguintes setores:

a) organização do departamento de recursos humanos;

b) preparação de um plano quinquenal de educação;

c) trabalhos de assessoria aos estudos de Minas e Goiás;

d) coordenação com os trabalhos dos GEOSE.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

MINAS GERAIS:

O problema da planificação do Estado de Minas Gerais se torna mais difícil porque pelo menos quatro instituições diferentes se encarregam dêle, tais como a Faculdade de Educação da Universidade Federal, a Comissão Estatal do Salário Educação, a Comissão do Ensino Médio (MEC-USAID) e a Secretaria de Educação de Minas.

Em julho visitei, em companhia do Dr. Arlindo Lopes Correa, do IPEA, o Governador do Estado e o Secretário de Educação. Explicamo-lhes que o Estado de Minas jamais terá um Plano se dêle se encarregarem quatro grupos de planificação e que sòmente depois da solução dêsse problema poderiam o IPEA e os CEOSE prestar uma assistência verdadeiramente eficaz.

Um convênio entre o Ministério de Educação, IPEA e a Secretaria foi assinado no fim do ano de 1967, para assegurar a coordenação dos trabalhos de planejamento. Prevê-se que iniciar-se-a a sua execução em maio de 1968.

Tenho estado em constante comunicação com o grupo de planificação da CESE de Minas desde abril (ver documento BH(MG). O documento BP, sôbre as Matemáticas da Planificação Educacional foi elaborado especialmente para responder às perguntas feitas por êsse grupo, e pelos do Rio Grande do Sul, Bahia e IPEA. O documento CG descreve detalhadamente a aplicação dos sistemas de Matemáticas Educacionais ao caso de Minas Gerais.

Por ocasião de minha última visita a Belo Horizonte, em março de 1968, colaborei no estudo de planos educacionais primários para Belo Horizonte, Uberlândia e Contagem, e na definição de modelos para a elaboração de planos para vários tipos de municípios urbanos, semi-urbanos e rurais.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

SERGIPE:

Estive em Sergipe em desembro de 1967, para assegurar o "follow up" dos CEOSE (ver documento BA)

Durante a minha estada, processavam-se as últimas revisões a um projeto de lei sôbre a reorganização administrativa da secretaria, cujo texto, desde abril, estava sendo examinado.

Discuti, igualmente, com o Secretário e o grupo de planificação de Sergipe, a adoção de novos sistemas de distribuição de bolsas de estudos, e a possibilidade de estabelecimento de um projeto de alfabetização funcional em Sergipe, em colaboração com a Petrobrás.

O Secretário estaria disposto a ceder a direção, ad interim, da divisão de alfebetização de sua Secretaria, ao perito que a UNESCO enviará para a execução de um projeto de alfabetização funcional em seu Estado.

O Secretário insistiu no pedido de visitas regulares de membros do grupo CEOSE-IPEA, em 1968.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

GOIÁS:

Por ocasião de uma visita a Goiás, em julho, em companhia de peritos do IPEA, tive ocasião de formular algumas recomendações sôbre modificações que deveriam ser introduzidas na organização administrativa da Secretaria de Educação dêsse Estado - que já é bastante moderna e adequada. (Documento BN)

O modus operandi a adotar para a elaboração do Plano Educacional foi também discutido com o Governador do Estado e com a Secretaria de Planificação do Estado de Goiás, organismo particularmente importante nessa região fronteira.

Em princípios de novembro, procurou-me no Rio o grupo de Planificação da SEC de Goiás, que me pediu intercedesse junto ao governador para acelerar a implantação dos novos sistemas administrativos propostos para Goiás. Consultou-me também sôbre a construção de um modêlo "sócio-cultural" para o desenvolvimento dos sistemas de ensino primário e secundário.

O IPEA destacou, especìficamente, um grupo para continuar dando assistência técnica ao Estado de Goiás.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

PERNAMBUCO:

Junto com o Prof. Durmeval Trigueiro e o Prof. Michel Debrun, participei do primeiro CEOSE de Pernambuco, em fins de outubro. Voltei a Recife em dezembro, para um "follow up", em companhia de Michel Debrun e do Dr. Frederico Amorim, do IPEA.

A situação em Pernambuco não evolui de maneira satisfatória, não - como é freqüentemente o caso - devido à inércia do Conselho ou do Secretário de Educação, mas, sobretudo, porque desejam pôr em funcionamento imediatamente um projeto de reforma administrativa "SUI GENERIS" que é antitécnico (Documento CE).

Tive que manifestar minhas objeções à nova legislação sôbre o ensino, que fizeram aprovar pela Assembléia Legislativa, uma vez que ela contém diversas cláusulas absolutamente contrárias às recomendações dos CEOSE, e especìficamente:

(a) a legislação que estabelece as bases de uma reforma administrativa, e de um sistema de planificação, enuncia os "objetivos" da política educacional de maneira tão detalhada, que torna implícito o padrão de um plano futuro. E isso, sem que se tenha empreendido um estudo sério da coerência e do realismo dêsses objetivos. Não foram sequer reunidas as estatísticas necessárias.

(b) No projeto, pelos menos 4 entidades ou grupos - das quais duas de tipo parlamentar - devem encarregar-se da elaboração do Plano. Três dêsses grupos são supérfluos.

Minhas objeções foram ouvidas com amabilidade pelo Secretário de Educação e pelos membros da "Câmara de Planificação do Conselho Estadual de Educação" de Pernambuco, responsáveis pelo projeto de lei, isto é, sobretudo a Profª. Cândida Maciel e o Prof. Carlos Maciel, membro dos CEOSE. Êles tentarão, pelo menos, confiar a um só grupo a responsabilidade técnica pela elaboração do Plano.

O Secretário e membros do Conselho pediram também uma ajuda ulterior do grupo CEOSE-IPEA para:

(a) Contribuir para o estudo da criação de um sistema permanente de levantamento de informações e estatísticas, em colaboração com a Ford Foundation, que parece disposta a financiar tal projeto. (Em janeiro falei com a Ford Foundation no Rio. Não financiaram o projeto).

(b) Estudar os detalhes de uma organização administrativa da Secretaria. (O Secretário não apôio com vigor esta solicitação: êle deseja estudar primeiro se se necessitar verdadeiramente uma reforma de fundo).

C. B. P. E.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

RIO GRANDE DO SUL:

Participei, em julho de 1967, nos CEOSE do Rio Grande do Sul com o Conselheiro Durmeval Trigueiro Mendes e o Prof. Carlos Maciel. Dividimos o trabalho e dediquei-me a definir, com os membros do Conselho Estadual de Educação e os dirigentes de todos os departamentos administativos e estatísticos da Secretaria, as bases técnicas (1) da planificação da Educação no Rio Grande do Sul; (2) de uma reforma dos serviços administrativos da Secretaria; (3) da organização dos serviços técnicos da planificação.

Os documentos BK e BS contém um resumo de minhas recomendações.

Os CEOSE do Rio Grande tiveram resultados bastante positivos. O grupo de planificação do Conselho Estadual de Educação - numerosos membros do qual vieram freqüentemente ao Rio para me consultar - elaborou, em dezembro, um "Plano Educacional do Rio Grande do Sul" que é o primeiro Plano Estatal a responder às normas do plano decenal federal do IPEA e às especificações bastante exigentes de meu documento BD.

Fui convidado a ir a Pôrto Alegre em 1968 para retomar a discussão da reforma dos sistemas administrativos e de planejamento.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

PARANÁ:

Fomos diversas vezes - eu e o Professor Durmeval Trigueiro Mendes - a Curitiba para assegurar o "follow up" dos CEOSE de julho (ver documentos BC, BF(PAR) e BC(PAR).

A política interfiriu em nossos trabalhos. Os planificadores e técnicos do Paraná, e principalmente os do Conselho Estadual de Educação e da FUNDEPAR - de qualidade excepcional -, acham-se em conflito com o Secretário de Educação, o qual escolheu para encarregar-se da Planificação um grupo de competência e experiência limitada.

Sérios progressos foram, no entanto, obtidos no domínio da estatística e dos cadastros do pessoal e dos ativos da Educação. A FUNDEPAR, que utiliza os integradores eletrônicos da CELEPAR, dispõe, no momento, das mais completas e sofisticadas informações sôbre a situação de todos os sistemas educacionais do Paraná.

Uma vez sanada a situação política, todo um dispositivo de planificação poderá ser posto em funcionamento.

Durante o segundo semestre de 1967, recebi freqüentemente no Rio de Janeiro visitas de técnicos da Secretaria, do Conselho e da FUNDEPAR, consultando-me sôbre os mais variados assuntos.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

BAHIA:

A reorganização da administração da Secretaria de Educação da Bahia e o desenvolvimento de seu sistema de planificação foram o objeto de muitas de minhas visitas a Salvador durante o segundo semestre , e de numerosas comunicações técnicas (ver notadamente os documentos BB, BF(B), BG(B), BQ e CC.

Nos últimos meses empenhei-me principalmente - com o Secretário de Educação e seu grupo de planificação - em encontrar uma solução para os seguintes problemas:

(a) Desenvolvimento de um sistema de planificação, a médio e longo prazo, para os setores da educação e da mão-de-obra, já institucionalizados por tôdas as outras atividades econômicas e sociais do Estado.

(b) Criação, no seio da Secretaria de Educação, de instrumentos suplementares aos já fornecidos pela Reforma Administrativa do Estados, e adaptados às exigências da planificação a médio e a longo prazo.

(c) Racionalização de um sistema de descentralização geográfica das atividades da Secretaria.

(d) Preparação de um Cadastro geral e permanente da Educação.

Em janeiro de 1968 adiante os seguintes projetos:

(a) Estudo dos polos de desenvolvimento no estado da Bahia.

(b) Crítica do primeiro rascunho do Plano de Educação Primário.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

SANTA CATARINA:

Realizou-se, em julho, uma reunião em Florianópolis, de que participei, em companhia do Professor Michel Debrun. Dediquei-me particularmente à análise de certos problemas do ensino primário, e à descrição das estruturas que deveriam ser criadas para assegurar a organização da planificação (ver documentos BO, BC(CAT) e BR.

Os CEOSE de Santa Catarina não tiveram ainda resultados positivos. O follow up está a cargo do Prof. Oswaldo Ferreira de Melo - Reitor da Faculdade de Educação da Universidade de Desenvolvimento de Santa Catarina e membro do Conselho Estadual de Educação - que, em novembro e desembro de 1967 seguiu os cursos do Instituto Regional de Santiago, em bolsa de estudos. Parece que encontra dificuldades em fazer com que o Secretário de Educação - personagem essencialmente político - aceite a idéia de uma reforma administrativa.

Êsse problema será retomado por ocasião de uma próxima visita do grupo CEOSE-IPEA.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

SÃO PAULO

De novembro de 1966 a janeiro de 1967, participei nos trabalhos da "Comissão de Reestruturação da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo", que estudou a operação dos sistemas normativos, informativos e administrativos da Secretaria e formulou recomendações completas (incluindo um Projeto de Lei) sôbre sua reorganização. (documentos AS e AV).

Algumas das reformas sugeridas foram parcialmente implantadas. Com a saída do Secretário, Prof. Carlos Pasquale, da SEC de São Paulo, foram suspensos os trabalhos da Comissão, assim como as reformas daquela organização.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

RIO DE JANEIRO

Em maio e junho de 1967, em colaboração com o IPEA, estudei o sistema administrativo da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e formulei uma série de recomendações sôbre as reformas que se faziam necessárias e sôbre a organização de um sistema permanente de planejamento (documento BF(Rio)).

Êste projeto foi abandonado porque o Secretário de Educação não criou o grupo local de alto nível, que deveria discutir e implantar aquelas reformas e as demais recomendações formuladas pelo IPEA.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS

ESPÍRITO SANTO

Em janeiro de 1967 estudei, em colaboração com o IPEA, os programas de expansão da Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória. Assessorei o grupo de planejamento da Universidade na confecção de um cadastro preliminar dos recursos do Estado em profissionais das categorias mais importantes e de uma projeção das necessidades prováveis em 1970. Êsses estudos foram aproveitados para o cálculo do número de vagas que deverão ser disponíveis em cada uma das Faculdades e as características arquitetônicas e financeiras gerais da Universidade.

OUTROS PROJETOS

Além do trabalho realizado em colaboração com as instâncias federais e estatais encarregadas da planificação da Educação e da Reforma Administrativa, dediquei-me, também, a alguns projetos conexos, a pedido de organizações paraestatais ou regionais.

INEP:

Para o diretor do INEP, Dr. Carlos Mascaro, redigi os documentos BU, que contém minhas sugestões para o programa de assistência técnica estrangeira no domínio da Educação, e BW, sôbre os problemas do professorado primário. Êsses documentos estão anexados ao meu relatório.

As recomendações sôbre o programa de assistência técnica foram adotadas pelo Dr. Mascaro, Dr. Durmeval Trigueiro dos CEOSE e Dr. Arlindo Lopes Correa do IPEA.

OUTROS PROJETOS

SUDENE:

Por ocasião de minhas viagens a Recife, em outubro e dezembro, em companhia dos meus colegas do IPEA e dos CEOSE, conversei com os especialistas do grupo de recursos humanos da SUDENE, tentando estabelecer o papel que esta instituição poderia desempenhar, no programa CEOSE-IPEA de assistência técnica às Secretárias de Educação dos Estados do Nordeste.

Minha reação é essencialmente negativa: a SUDENE, que dispõe de alguns técnicos excelentes, está teòricamente em boa posição para formular, para todos os Estados do Nordeste, um programa de mão-de-obra, de especialização e de professionalização, cuja execução poderia ser confiada aos diferentes Estados.

Além disso, um importante grupo da OIT presta assistência à SUDENE na elaboração de um estudo das disponibilidades de mão-de-obra, que ficará pronto em agôsto de 1968, provàvelmente.

As altas autoridades da SUDENE não parecem, no entanto, muito interessadas nesse gênero de estudo e de atividade.

Mesmo que sua atitude mudasse, os planificadores de mão-de-obra nunca poderiam obter projeções e conclusões bastante úteis, uma vez que a SUDENE não dispõe de estudos detalhados dos recursos naturais, potenciais e atuais do Nordeste, e não se encontra em condições de definir a orientação provável da economia - e da mão-de-obra desta região.

Nossas conversações indicaram, no entanto, que a colaboração da SUDENE nas atividades CEOSE-IPEA poderia, talvez, estender-se a certos projetos específicos, como a reforma das estruturas administrativas das Secretarias de Educação. Conviria, no entanto, examinar se a doutrina SUDENE nesse campo não difere muito da dos CEOSE-IPEA. Êsse tema deveria ser o objeto de um próximo encontro com a SUDENE.

OUTROS PROJETOS

SENAI:

O Dr. Carlos Pasquale, Diretor do SENAI de São Paulo pediu-me para estudar a operação e os projetos de seus serviços de estudo, que já dispõem de informações e projeções bastante sofisticadas sôbre a disponibilidade e a demanda de trabalhadores especializados e de técnicos de nível médio. Minhas recomendações foram o objeto do documento BY e CB.

O Dr. Arlindo Lopes Correa do IPEA iniciou, em 1968, a organização de um serviço de previsão da demanda futura de mão-de-obra especializada e não-especializada de todos os níveis, em colaboração com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Educação. Em desenvolvimento das minhas recomendações, utilizará os serviços do SENAI de São Paulo para iniciar os estudos e projeções pilotos.

OUTROS PROJETOS

SUDESUL:

Em Pôrto Alegre, entabulei conversações similares com a organização regional dos estados do Sul (SUDESUL), com a qual parece-me possível chegar a resultados mais positivos. É, entretanto, bastante difícil definir o papel que as organizações regionais poderiam desempenhar relativamente aos domínios da planificação da Educação e da mão-de-obra.

Na realidade, as autoridades federais não parecem possuir um critério muito nítido sôbre as verdadeiras funções das organizações regionais. Em meados de 1967, por exemplo, parecia que elas iriam encarregar-se da planificação do país, e poder-se-ia mesmo perguntar quais seriam, nessas circunstâncias, as funções do Ministério do Planejamento.

Em fins de 1967, ficava o Ministério do Planejamento novamente encarregado da planificação, e as organizações regionais se reduziam, de nôvo, ao papel tradicional de administração financeira da federação, sobretudo nos setores de investimentos físicos, e nas regiões desertadas.

DOCUMENTOS

1966

AB Novos modelos propostos para a projeção das cifras da população

AC Programa dos CEOSE sôbre planejamento

AD Definição geral dos planos

AE Sistema de Satélite Educacional

AG Aspectos econômicos do professorado

AJ Receitas e despesas com o ensino

AK Meios recomendados para a realização de um plano educacional

AP Os objetivos da Educação

AR Estudo dos Repetentes

AS Reestruturação Administrativa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

AT_1 Plano Decenal: Projeção da Matrícula no Brasil: ensino primário e ginasial

AT_2 Plano Decenal: Projeção dos custos do ensino primário e ginasial no Brasil

AV Normas propostas pela operação dos sistemas educacionais no Estado de São Paulo

AX Plano Decenal: Reforma administrativa do Ministério e das Secretarias Estaduais de Educação

DOCUMENTOS

1967

AZ — Demografia e Educação

BA — Recomendações sôbre o planejamento educacional e Reforma Administrativa - Estado de Sergipe

BB — Recomendações gerais sôbre planejamento educacional - Estado da Bahia

BC — Recomendações preliminares sôbre planejamento educacional - Estado do Paraná

BD — Conteúdo de um plano estadual de Educação

BE — Conteúdo de um plano estadual de emergência

BF(B) — Sugestões sôbre uma reforma administrativa - Estado da Bahia

BF(PAR) — Sugestões sôbre uma reforma administrativa - Estado do Paraná

BF(RIO) — Sugestões sôbre uma reforma administrativa - Estado do Rio de Janeiro

BG(B) — Recomendações sôbre a organização administrativa do sistema de planejamento da Secretaria de Educação do Est. da Bahia

BG(PAR) — Recomendações sôbre a organização administrativa do sistema de planejamento da Secretaria de Educação do Estado do Paraná

BG(CAT) — Recomendações sôbre a organização administrativa do sistema de planejamento da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina

BH(MG) — Metodologia pelo cálculo dos índices básicos de produtividade educacional - Estado de Minas Gerais

BJ(ES) — Cálculo da demanda provável de profissionais do nível universitário - para a Universidade Federal do Estado do Espírito Santo

BK — Recomendações sôbre a reforma administrativa da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul

BN — Recomendações sôbre a reorganização do regulamento da SEC do Estado de Goiás

BQ — Recomendações sôbre a organização administrativa dos sistemas de planejamento educacional - Est. de Santa Catarina

BP	Matemáticas do Planejamento Educacional
BQ	Recomendações à SEC da Bahia sôbre Cadastro, Reforma Administrativa e Polos de Desenvolvimento
BR	Soluções sugeridas para alguns dos problemas principais do ensino primário e da Educação Permanente - Estado de Santa Catarina
BS	Recomendações sôbre organização administrativa dos sistemas de planejamento educacional - Estado do Rio Grande do Sul
BU	Recomendações sôbre um programa de Assistência Técnica Estrangeira
BW	Problemas do Magistério primário
BX	Alguns comentários sôbre o Plano Nacional de Metas
BY	Os sistemas do SENAI de São Paulo
BZ	Contributions au document préparatoire de la Conférence Internationale de Planification de l'éducation

DOCUMENTOS

1968

CB Recomendações sôbre sistema de fichas e computadores para o SENAI - São Paulo

CC Cálculo da Matrícula Primária por Série - Est. da Bahia 1965/70

CD Estimativa provisória das despesas com o ensino em 1967 (União, Estados, Municípios e Particulares)

CE Memorandum sôbre a organização do planejamento educacional na SEC do Estado de Pernambuco

CG Cálculo e Projeção da Matrícula e dos principais parâmetros educacionais 1966/70. Estado de Minas Gerais.

CJ Uma nova estimativa das despesas com o ensino no período 1964/70 (documento provisório)

CL Matemáticas Educacionais. Análise das relações entre alguns parâmetros principais

CM Estruturação dos órgãos da faixa normativa no Ministério da Educação

CN Modêlo para o planejamento educacional de vários municípios de Minas Gerais (Modêlo de Contagem)

CO Organização funcional da nova "Área de Recursos Humanos" do IPEA.

C. B. P. E.

VIAGENS em 1966

Abril	PÔRTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) - II Conferência Nacional de Educação e visitas à SEC.
	FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - Visitas à SEC e à Faculdade de Educação.
	CURITIBA (PARANÁ) - Visitas à SEC e à FUNDEPAR.
Julho	BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Conferência C.R.P.E.
Agôsto	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - 1ª Reunião da Comissão de Reestruturação da SEC de S. Paulo.
	CURITIBA (PARANÁ) - FUNDEPAR e SEC.
	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Reestruturação da SEC
	CURITIBA (PARANÁ) - FUNDEPAR e SEC.
	FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - SEC e Faculdade de Educação.
Novembro	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Reestruturação da SEC
	BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - 3ª Conferência sôbre "Técnicas de Estatística e Amostragem", do C.R.P.E.
Dezembro	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Definição dos CROSE
	CURITIBA (PARANÁ) - Definição dos CROSE
	FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - Definição dos CROSE.

VIAGENS EM 1967

8 - 10 janeiro	FORTALEZA (CEARÁ) - Preparação dos CEOSE
11 - 12 janeiro	NATAL (RIO GRANDE DO NORTE) - Preparação dos CEOSE.
13 - 14 janeiro	JOÃO PESSOA (PARAÍBA) - Preparação dos CEOSE.
	RECIFE (PERNAMBUCO) - Conversações com a SUDENE.
21 - 25 janeiro	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Reorganização da Secretaria de Educação.
26 - 27 janeiro	VITÓRIA (ESPÍRITO SANTO) - Planificação da Universidade Federal do Espírito Santo.
17 - 23 abril	ARACAJU (SERGIPE) - Primeiro CEOSE.
24 - 25 abril	SALVADOR (BAHIA) - III Conferência Nacional de Educação.
8, 10, 18 maio	NITEROI (RIO DE JANEIRO) - Organização planificação e reforma administrativa (com o IPEA).
21 - 31 maio	CURITIBA (PARANÁ) - CEOSE
11 - 17 junho	SALVADOR (BAHIA) - Organização, planejamento e reforma administrativa.
21, 26, 27 junho	NITEROI (RIO DE JANEIRO) - Organização , planejamento e reforma administrativa (com o IPEA)
4 - 5 julho	CURITIBA (PARANÁ) - Follow-up do CEOSE .
6 - 9 julho	FLORIANÓPOLIS (STA. CATARINA) - CEOSE.
10 - 16 julho	PÔRTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) - CEOSE e discussões com a SUDESUL.
17 - 18 julho	CURITIBA (PARANÁ) - Follow-up do CEOSE.
25 julho	BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Organização e planejamento (com o IPEA).

26 - 27 julho	BRASÍLIA (DISTRITO FEDERAL) - Organização, Plano Nacional de Educação (com o IPEA e a Secretaria Geral).
28 - 29 julho	GOIÂNIA (GOIÁS) - Organização, planejamento e reforma administrativa (com o IPEA)
30 julho - 1º agôsto	BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Organização, planejamento (com o IPEA).
21 - 23 agôsto	SALVADOR (BAHIA) - Follow-up organização, planejamento.
24 - 26 agôsto	RECIFE (PERNAMBUCO) - CEOSE
24 - 25 outubro	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Análise dos sistemas do SENAI de São Paulo.
6 - 20 novembro	PARIS (FRANÇA) - Reciclagem
18 - 20 dezembro	RECIFE (PERNAMBUCO) - Follow-up do CEOSE e novas discussões com a SUDENE.
21 - 23 dezembro	ARACAJU (SERGIPE) - Follow-up do CEOSE.

VIAGENS EM 1968

22 - 24 janeiro	SÃO PAULO (SÃO PAULO) - Visitas ao SENAI, ao SSI e à Secretaria de Educação.
24 - 27 janeiro	SALVADOR (BAHIA) - Visitas ao Governador, à Secretaria de Educação e ao Grupo MEB/USAID/ SUDENE.
28 - 30 março	BELO HORIZONTE (MINAS GERAIS) - Assessoria ao CESE de Minas Gerais.
16 - 17 abril	CURITIBA (PARANÁ) - Visitas à SEC e à FUNDE-PAR.
17 - 18 abril	FLORIANÓPOLIS (STA CATARINA) - Visitas à SEC e à Faculdade de Educação.
19 - 26 abril	PÔRTO ALEGRE (RIO GRANDE DO SUL) - Visitas à SEC, ao Comitê Estadual de Educação e SUDESUL.

C. B. P. E.

COLÓQUIOS ESTADUAIS
PARA ORGANIZAÇÃO
DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO

SÍNTESE DAS ATIVIDADES

Instituídos durante a administração do Prof. Carlos Pasquale na direção do INEP, os Colóquios são a conseqüência lógica dos princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Bases que atribui ao Ministério da Educação e Cultura funções de caráter essencialmente técnico, sobretudo no que diz respeito a sua atuação nos Estados.

Dado o caráter supletivo da ação federal face à descentralização administrativa do ensino, vêm os CEOSE prestando a cada Estado, progressivamente, a cooperação técnica que solicitarem, tendo em vista a reformulação dos sistemas estaduais de educação pela definição de uma nova política educacional, implantação de mecanismos de planejamento e reestruturação das Secretarias de Educação.

Instalados os CEOSE acham-se instalados na sede do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (Rua Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo - Rio - GB), sob a coordenação do Prof. Durmeval Trigueiro e contando com a participação da UNESCO, representada pelos professôres Michel Debrun e Jacques Torfs e do educador brasileiro Carlos Maciel.

Até agora realizaram-se seis Colóquios nos Estados da Paraíba, Sergipe, Paraná, Santa Catarina, Rio G. do Sul e Pernambuco. Em todos êles, a equipe coordenada pelo Prof. Durmeval Trigueiro entrou em contato direto com os responsáveis pela administração dos serviços educacionais no Estado (Secretário de Educação, Diretores, Chefes de Serviço, membros do Conselho Estadual de Educação e educadores) debatendo problemas dos três níveis do ensino, estrutura da Secretaria e dos serviços de planejamento, oferecendo sugestões que foram consubstanciadas na elaboração de projetos de reforma das Secretarias e do Plano Estadual de Educação, a serem apreciados pelas Assembleias Legislativas.

A fim de que essa coordenação técnica adquira o caráter operacional e a eficácia que se pretende, está programada a realização no Rio de um ciclo de planejamento educacional, vinculados a êsse programa de reestruturação dos serviços educacionais. Êste ciclo terá a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do Ministério do Planejamento, devendo realizar-se de 9/10 a 4/11 de 1967.

Vem sendo estudada a realização de um encontro Regional para o Nordeste com a participação da SUDENE.

640

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS ESTADOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

(COLÓQUIOS ESTADUAIS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO - CEOSE)

1967

INFORMAÇÃO PRÉVIA

Os CEOSE constituem um sistema de assistência técnica do MEC aos Estados, por intermédio do INEP. Como todo sistema, baseiam-se em objetivos bem definidos e dispõem de instrumentos adequados para a sua realização.

Coube ao Prof. Carlos Pasquale a idéia inicial e as primeiras providências para a sua implantação; e ao seu sucessor no INEP, Prof. Carlos Mascaro, não só a concretização do programa como as modificações que lhe acentuaram o caráter operacional.

A responsabilidade técnica do programa — elaboração e execução — foi atribuída a uma Comissão de especialistas brasileiros e peritos da UNESCO, sob a coordenação do Prof. Durmeval Trigueiro.

Os três documentos reunidos neste caderno configuram o sentido dos CEOSE — o que inspirou a sua criação, e o que emergiu, afinal, das próprias experiências realizadas. Apesar da reiteração de certas idéias nos textos — redigidos em diferentes momentos dos CEOSE — evitamos fundí-los num só documento, para que ficasse caracterizado o papel da experiência em nosso esfôrço e o progressivo delineamento que êle foi impondo aos nossos objetivos e métodos de trabalho.

O primeiro documento contém a doutrina dos CEOSE, e os outros, indicações referentes ao seu modo de operar.

DOCUMENTO 1

OS CEOSE COMO INSTRUMENTO DE AÇÃO DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO.

1. A Lei de Diretrizes e Bases constitui, apesar de suas deficiências, o mais realista dos estatutos educacionais já outorgados ao país. É por isso mesmo, o mais viável, e o mais apto a combinar as aspirações que expressa com as condições reais do Brasil. A integração dos ideais na realidade como instrumento fertilizador, e não como utopia estéril, confere à Lei uma objetividade dinâmica capaz de impulsionar o desenvolvimento da educação brasileira. Nisso, a nova sistemática se distingue das que a precederam, resultantes de formulações abstratas elaboradas pela burocracia, ao arrepio dos condicionamentos e possibilidades inscritas na experiência.

2. Mas a Lei de Diretrizes e Bases é menos um código de prescrições casuísticas que uma carta de princípios suficientemente nítidos, mas também flexíveis, para abrigarem a diversidade das situações e de experiências dentro duma organização saudàvelmente pluralística.

Ela não fez tudo, nem pretendeu fazê-lo; não é o fim, mas o princípio, ou seja, a instauração de um processo criador, que, como tal, terá de brotar dos vários campos da experiência educacional. Não há mais um órgão de fazer leis, divorciado dos setores que fazem educação: sob a égide de uma lei mais inspiradora, que limitadora, a praxis em que está engajado cada Estado, ou cada instituição, é que vai delineando as suas estruturas e o seu comportamento. Reconhecemos que a filosofia, aqui definida, só incompletamente chegou a expressar-se na lei, sem que, todavia, as incongruências ou falhas sufoquem a sua inspiração e as suas virtualidades.

3. Está portanto em processo a nova organização educacional, com as transformações que reclama. Não se implantou uma arquitetura legal acabada: autorizou-se o fieri sob o impulso da iniciativa e dos progressos da experiência por parte das Administrações estaduais e municipais, das Universidades e escolas, de tôdas as instituições ligadas à educação.

Ocorre, todavia, que essa filosofia liberadora surpreendeu os Estados, e as instituições despreparadas para utilizá-la. Forçados ao longo regime da docilidade, que lhes retirava a iniciativa intelectual e a responsabilidade de analisar e resolver seus próprios problemas, tornaram-se, muitas delas, vítimas da estagnação, desprovidas, por isso mesmo, do cabedal de informações e idéias, e dos quadros técnicos indispensáveis ao oumprimento das tarefas que lhes foram transferidas.

4. Impõe-se, destarte, que os Estados se ponham, ràpidamente, em nível com o gráu de responsabilidade que a lei lhes conferiu, e procurem atingir as condições necessárias à realização duma política criadoramente autônoma. Se não, permanecerão, por inércia, dependentes do Ministério da Educação, ou deixarão tudo como dantes, perdendo a chance de renovar o velho estilo burocrático e formalista.

5. É claro que a autonomia dos Estados e das outras instituições educacionais não exclui o Ministério na formulação e na execução de uma política nacional de educação. De resto, só o Govêrno federal poderá promovê-la, por lhe ser exclusiva a autoridade de definir certos objetivos comuns, que transcendem as particularidades regionais, e devem consubstanciar-se nos Planos nacionais de educação primária, média e superior. Não se trata apenas dum imperativo sociológico, de exprimir a solidariedade das partes numa política que interessa a Nação como um todo, e de propiciar, pela ação estimuladora do Poder público e pela mobilização integrada dos recursos humanos e materiais, a aceleração do nosso progresso social, econômico e cultural. Trata-se, igualmente, dum postulado da Lei de Diretrizes e Bases que atribuiu ao Ministério da Educação e Cultura a responsabilidade de formular os referidos Planos, à base dos recursos federais destinados à educação. Res-

saltam daí duas linhas de ação: uma, que configura a iniciativa própria do Ministério da Educação e Cultura na distribuição dos recursos federais; outra, que define um estilo de ação cooperativa, junto a outras esferas do poder público ou da iniciativa privada. Numa e noutra perspectiva, terá o Ministério de proceder a uma substancial revisão de seus métodos de ação, trocando o estilo autoritário pelo diálogo. Os Planos, ainda que baseados nos recursos federais, deverão recobrir iniciativas que em larga escala se devem reconhecer à liberdade dos Estados, ou de instituições autônomas, como são as Universidades. Por isso mesmo terão de ser construidos por meio de mútua consulta e interação em tôdas as fases de sua elaboração e execução. Quanto às iniciativas da competência dos Poderes autônomos, a ação do Ministério da Educação e Cultura se exercerá, primordialmente, sob a forma de estímulo e de assistência técnica.

6. Importa delinear claramente a nova posição do Ministério da Educação e Cultura e a inversão de sentido de sua atuação. Presumem alguns, equìvocadamente, o seu esvaziadamento, desde o momento em que se deslocaram do centro para a periferia as responsabilidades da política educacional. Se é verdade que fugiram dos órgãos centrais para os Estados atribuições primárias de ação, também deve partir daqueles para êstes um constante fluxo de cooperação técnica e financeira, e no caso desta última, sob a caução de diretrizes formuladas pelo Govêrno federal tanto quanto possível com a participação e solidariedade dos próprios Estados. O Poder federal se vai despojando, em boa hora, de considerável soma de encargos administrativos, mas não do dever de participar, em nova forma, e solidàriamente, da política educacional descentralizada. Persisto, pois, com outra perspectiva, a sua função irradiadora: menos normativa que supletiva, não mais como órgão da lei, prolongador da eficácia coatora, mas como órgão de cooperação. Cessa o poder de polícia, e em seu lugar se instaura o poder criador da política. Substitui-se o jurisdicismo burocrático pelo espírito de empreendimento. A Lei não outorgou ao Ministério da Educação e Cultura autoridade para comandar uma casualística formal mas para mobilizar instrumento de ação. E nisso consiste sua inovação revolucionária.

Por outro lado, fôrça é admitir que parte da autoridade do Ministério lhe é atribuída em carater exclusivo, enquanto instância normativa para determinados fins. Mas outra parte está na dependência da capacidade real, em têrmos de competência intelectual e técnica, revelada pelos executores de sua política.

O que a Lei de Diretrizes e Bases introduziu em nossa sistemática educacional foi, de um lado, o imperativo da competência pessoal dos administradores e dos técnicos, e de outro, a necessidade do diálogo que, a partir dela, se armou entre os órgãos centrais e os periféricos. Não só porque o laço hierárquico se flexibilizou em estilo de cooperação, como também porque tais relações não ficam prefixadas na lei escrita, mas se deverão articular, dinâmicamente, na base dos fatos em sua contínua fluidez e mutação. O nôvo regime se caracteriza pela mobilidade, pela variedade das soluções, e pelos vínculos pessoais, vivos, que devem presidir a política educacional. Tínhamos, antes, a política estática, baseada no predomínio da lei uniformizadora e imutável: as normas eram estabelecidas unilateralmente pelas autoridades da cúpula que, a partir daí, passavam a ignorar o seu confronto com as situações concretas.

Foi, destarte, removido o autoritarismo abstrato e instituído um método de comunicação em tôrno de problemas reais; substituida a disciplina mecânica pela interação ordenada. Tivemos, afinal, o triunfo do realismo, antepondo-se a realidade à norma, o movimento à fixidez, os conteúdos situacionais às generalidades da lei, o dinamismo pessoal à impessoalidade cartorial. Acabou o tout fait; a ação do Administrador e do técnico se afirma, aqui e agora, em cada emergência do permanente devenir da realidade social e educacional.

7. Duas consequências fundamentais resultam dessa transformação:

a primeira é que só se realizará a política instituída na Lei, se houver, de um e outro lado - no centro e na periferia - líderes e técnicos suficientemente lúcidos e adestrados para o diálogo; a segunda, a autoridade do Ministério da Educação tende a afirmar-se, crescentemente, mais intelectual e técnica que burocrática. O burocratismo foi, realmente, varrido pela Lei de Diretrizes e Bases.

E afortunadamente, pois uma das origens da crise educacional brasileira estava na visão burocrática que eliminava ou escamoteava o conteúdo dos problemas, de tal modo que a escola e a realidade nacional passaram a ignorar-se como duas ordens incomunicáveis.

Não reside, mais, a fôrça do Ministério da Educação e Cultura na imperatividade de seus editos, mas na excelência de seus conselhos. E, se é verdadeira a constatação de que as soluções educacionais não podem esgotar-se nas diligências burocráticas, segue-se, igualmente, que o estudo e a gestão dos assuntos educacionais não pode ser atribuição apenas de burocratas ou de "técnicos", mas, sobretudo, de uma elite cultural capaz de dar conteúdo real à educação.

Para ser realista, é preciso ter a inteligência adequada da realidade; se foi nociva a ignorância dos fatos, na fase cartorial, muito mais o seria, agora, que se faz o jôgo da verdade. O realismo, que constitui o grande desafio lançado ao Ministério da Educação, reclama uma mobilização de energias - muito maior que dantes, pois se trata, neste momento, da verdadeira eficiência: a que se impõe, democràticamente, pelo vigor de sua lucidez, e pelo zêlo de sua presença.

A outra razão em que se baseia a autoridade do Ministério da Educação e Cultura, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, consiste na necessidade de ser formulada uma política nacional. Mantida, sempre, a preliminar da integração dialética, tal autoridade não se constitui, superpondo-se à dos Administradores de outras áreas, mas pela capacidade de definir objetivos gerais à sua política, e de ajustar, a êles, os programas específicos dos Estados e das instituições autônomas.

8. Tais são os postulados em que assenta o plano dos Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação (CEOSE). Trata-se de preparar as condições mediante as quais possa ter aplicação concreta a Lei de Diretrizes e Bases e a sua filosofia.

9. Parte-se da idéia de uma unidade construída, - democràticamente, sôbre a diversidade. Pretende-se reconhecer a nossa múltipla realidade sócio-cultural e educacional, consagrar a originalidade das experiências estaduais, - além de outras fora do contrôle federal e alcançar a unidade da política nacional da educação através das diferenças complementarmente articuladas. Em vez de primitiva uniformidade, empobrecida, cabe ao Govêrno Federal, na perspectiva do LDB, construir outra unidade: o nosso esquema se inspira, destarte, no pluralismo convergente que integra num esfôrço comum o ensino público e o ensino privado, a ação federal e a dos Estados, Municípios e instituições autônomas. Procura-se, ademais, identificar a peculiaridade de cada nível do ensino e da política que lhe corresponda.

Cabe ao MEC combinar a ação diversificada das várias esferas do poder, e, além disso, fundir a doutrina com a experiência, e aí ressalta a sua importância como órgão da política educacional. As idéias e fatos andaram quase sempre separados em nossos programas de educação: aquêles continuaram a ser declamados, inùtilmente, e êstes a ser relegados ao velho e opaco empirismo; entre ambos, um intervalo que impedia a comunicação fertilizadora.

10. A iniciativa do INEP ao instituir os CEOSE está enquadrada nas suas atribuições legais como órgão de pesquisa, documentação e informação educacionais em tôdas as áreas e níveis. O instrumento específico para realizar, tanto a articulação administrativa como a fusão entre as idéias e os fatos, deverá ser o Plano, fecho natural dos esforços empreendidos pelos

CEOSE. Pela constituição da equipe que os promove, pela filosofia que os inspirou e pela metodologia empregada, parece-nos que os CEOSE se constituem no mecanismo perfeitamente adequado à elaboração dum plano nacional de educação. Um plano que não seja apenas especulativo ou cerebrino, nem tampouco mera expressão duma vontade central autoritária, mas, ao contrário, a conveniente orquestração das diversidades brasileira, sob uma liderança nacional que recolha as potencialidades de cada região e as multiplique pela fôrça dinamizadora do todo.

DOCUMENTO 2

COLÓQUIOS ESTADUAIS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE EDUCAÇÃO: OBJETIVOS E FUNCIONAMENTO

I. Os CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Educação) se prendem a duas consequências extremamente importantes da Lei de Diretrizes e Bases: a descentralização da política educacional, de que resultou a criação de vinte e dois sistemas estaduais de educação, em lugar do antigo sistema único, comandado artificialmente pelo MEC; e a nôvo caráter imposto às atividades dêste.

II. Contudo, a salutar autonomização dos sistemas estaduais, que lhes permite o esfôrço criador autêntico, em vez da simples e mecânica repetição dos clichês recebidos do MEC, não pode efetivar-se sem a colaboração técnica que a êste incumbe oferecer. Faltam aos sistemas estaduais quadros técnicos na quantidade e, às vêzes, com a aptidão suficiente para assumirem responsabilidades que jamais tiveram. Todavia, os vinte e dois sistemas convivem dentro da unidade nacional, sendo perfeitamente possível uma política que mobilize os melhores, estejam onde estiverem, para juntos, de forma sistemática, oferecerem assistência aos Estados, ou aos setores ainda emperrados da educação — em qualquer Estado, ou mesmo no sistema federal.

III. Essa é, de resto, a nova função dos vários departamentos e serviços do MEC. Procurando situar-se adequadamente na sistemática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, entendeu o INEP, ao cabo de estudos que tiveram a colaboração de vários educadores qualificados, que a mais apropriada forma de exprimir-se eficazmente a sua atuação, segundo o espírito da Lei, seria a cooperação técnica nos moldes afinal consubstanciados nos CEOSE.

IV. Que representam êsses Colóquios? quais os seus objetivos? como estão organizados? quais as suas implicações e efeitos?

A. O que representam

Os CEOSE significam a presença de uma equipe de educadores e especialistas de alto nível, junto a cada Estado, realizando aquilo que se vem pretendendo inùtilmente fazer através de ofícios, relatórios e outros expedientes burocráticos; ou com reduzida eficiência, através de congressos e reuniões mais ou menos formais. Essas equipes vão realizar, por assim dizer, um trabalho artesanal, tomando problemas e soluções, não por palavras, mas operativamente: na sua origem, na sua significação, e sobretudo, na maneira de fazer as coisas. A teoria comparecerá nesses encontros dentro do seu justo papel, de assegurar princípios e critérios que servirão de apoio permanente à prática, evitando que esta se esgote no simples treinamento.

Os Colóquios representam também a possibilidade de recolher diretamente em cada Estado informação válida sôbre o respectivo sistema educacional global e sôbre os seus aspectos mais significativos. Tem faltado, em nosso país, um instrumento dessa natureza na coleta de dados indispensáveis à orientação do MEC, para que êste possa agir, não abstratamente e, sim, a partir da experiência real em desenvolvimento em cada Estado.

Cumpre esclarecer que a idéia, a organização da equipe e o estilo de assistência técnica consubstanciado em nosso programa se baseiam no pressuposto de que as pessoas competentes estão, em grande parte, dispersas pelos próprios Estados, e que, em vez de propor diretrizes e idéias de uma possível instância central, cabe-nos recolher a experiência dessas pessoas e articular, ordenadamente, a sua contribuição em proveito de todo o país.

B. O que pretendem

O objetivo fundamental do nosso programa consiste em tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de educação. Depois de seis anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, que os instituiu, ainda é muito tênue a sua realidade; basta atentar para a extrema debilidade dos Conselhos de Educação em alguns Estados; e onde o Conselho Estadual não constitui um dos eixos do sistema, é impossível que funcione a Lei de Diretrizes e Bases. Com efeito, cabe aos Conselhos, entre outras prerrogativas e encargos, a elaboração dos planos de educação nos Estados: onde vem sendo cumprido tão importante mandamento legal?

Para assegurar a real implantação dos sistemas estaduais, impõe-se que as idéias, fórmulas e soluções recebidas em cada Estado, tanto do MEC quanto de outros Estados — às vêzes por simples mimetismo — sejam perfeitamente conscientizados: só a partir dessa conscientização, êles poderão saber se o que foi importado lhes convém, e, em caso afirmativo, como incorporá-lo à sua viva tessitura. A verdadeira assistência técnica, portanto, não é a que se realiza por meios burocráticos, mas por aquêle processo "artesanal" que permita a elaboração e execução da idéia em cada lugar, com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.

Não é necessário ponderar que tal assistência estará condicionada em cada Estado às suas necessidades, ao grau e condições de seu desenvolvimento e às intenções de sua Administração. Poderá acontecer que, nos lugares onde a experiência educacional tiver alcançado um nível mais alto de maturidade, a presença da equipe represente sobretudo a oportunidade de um confronto de pontos de vista, e de uma troca de experiências. Tal fato não retiraria à cooperação técnica o seu valor, dado o sentido particularmente fertilizador dêsse cotejo.

C. A organização da equipe

Tendo em vista a necessidade de especialistas altamente categorizados, planejou o INEP a constituição de uma equipe, com educadores brasileiros e peritos da UNESCO, sob a coordenação do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes. Os peritos da UNESCO são os professôres Michel Debrun e Jacques Torfs; quanto aos especialistas brasileiros, está previsto um sistema flexível de convocação que permita o seu revezamento, já que o grande número de Colóquios e o largo período de tempo em que se vão desdobrar, torna impraticável a presença permanente das mesmas pessoas na equipe. A relação dêles será comunicada ao Estado interessado antes de cada Colóquio.

D. Métodos de trabalho

O programa em cada Estado terá a duração média de 8 dias e desenvolver-se-á tendo em vista:

a) o diagnóstico da situação com a indicação de medidas administrativas e técnicas que possam conduzir à implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da respectiva Secretaria de Educação; b) a discussão de idéias que devam lastrear a sua política de educação; c) o planejamento educacional.

E. Implicações e efeitos

Não será apreendido o verdadeiro sentido dos CEOSE sem a perspectiva de seus desdobramentos no futuro; por outras palavras: os oito dias dos CEOSE não se destinam a resolver, mas a revolver; representam, antes de tudo, o desencadear de um processo que vai reclamar continuidade.

A eficiência dos Colóquios poderá ser imediata ou mediata, de acôrdo com a natureza de cada problema: para alguns, a solução pode resultar do próprio encontro; para outros, não se poderá ir além de indicações, a modo de roteiros, entregues à boa vontade e ao dinamismo das administrações.

Sendo inevitável a projeção no futuro dos problemas suscitados nos CEOSE e das soluções que êles apenas iniciam, procurará o MEC escolher o adequado instrumento de sustentação dêsses esforços, ou seja, a institucionalização de uma verdadeira política de assistência técnica aos sistemas estaduais de educação.

DOCUMENTO 3

ASSISTÊNCIA TÈCNICA AOS SISTEMAS EDUCACIONAIS DOS ESTADOS.

1. A antiga posição do Ministério da Educação.

Com a Lei de Diretrizes e Bases, sofreu o MEC uma completa virada nas suas posições. Antes, êle reduzia tôda a educação brasileira a um molde uniforme, elaborado nos seus gabinetes burocráticos, donde sua ação, nessa época, ter se caracterizado: a) pela centralização, que eliminava qualquer autonomia dos Estados; b) pelo burocratismo, que transformava problemas de filosofia e de técnica educacional em problemas burocráticos; c) pela falta de cooperação e aconselhamento técnico dos órgãos federais em relação aos Estados, já que o mandonismo federal, como fôrça apenas coatora, limitava-se a impor, em vez de propor. Escudando-se na eficácia da lei, não se preocupavam os dirigentes do sistema federal com a pesquisa, com a busca das soluções tècnicamente mais adequadas, nem tampouco com um método de comunicações inter-pessoais, mediante o qual as idéias oriundas das experiências mais ricas pudessem ser levadas a todos os Estados. Em vez do intercâmbio de idéias, reinavam os decretos e portarias, em lugar do encontro das pessoas, a ação impessoal do diário oficial e do correio.

2. A nova posição.

A Lei de Diretrizes e Bases tornou impossível a continuação dêsse sistema. O MEC deixou de ser o laboratório de fórmulas cerebrinas a serem adotadas compulsòriamente pelos Estados; ao contrário, 22 sistemas de educação - tantos quantos os Estados - se tornaram possíveis a partir daquele documento liberatório. Digo - se tornaram possíveis - para acentuar que essa autonomização dos sistemas estaduais não é automática: ela é antes de tudo intelectual, e enquanto não tiver cada Estado idéias educacionais bem elaboradas, que resultem da reflexão aprofundada sôbre suas condições próprias, o seu sistema educacional não será a resposta exigida pelas suas necessidades sociais, econômicas e políticas.

3. A razão dos CEOSE

Para atender a essa premente necessidade dos Estados - de possuirem idéias adequadas sôbre a educação e sua política, e não só idéias, como também staff, instrumentos de análise e de planejamento, estrutura administrativa e técnica apropriadas - é que se criou êsse novo mecanismo chamado Colóquios Estaduais sôbre a Organização dos Sistemas de Educação.

A iniciativa de sua criação coube ao INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), órgão que, pela sua amplitude - envolvendo todos os graus e modalidades de educação - e, pela sua destinação própria - pesquisa, experimentação e elaboração pedagógica -, oferece as condições ideais para tal empreendimento.

Os CEOSE constituem o instrumento mais qualificado e o processo mais orgânico de assistência técnica do MEC aos Estados.

4. As três fases dos CEOSE.

Tal assistência abrange três etapas. Destinar-se-á a primeira ao levantamento de dados sôbre a situação educacional do Estado, tendo em vista o diagnóstico e, com base neste, as sugestões concretas sôbre a estrutura administrativa da Secretaria da Educação, mecanismos de planejamento educacional e o correto entrosamento entre o Conselho Estadual de Educação e a Secretaria da Educação.

Na segunda etapa, promoverão os CEOSE, em conjunto com as equipes locais, constituídas já sôbre as novas bases propostas na primeira etapa, estudos relacionados com a própria política educacional e o seu planejamento.

A terceira fase - ou melhor, o terceiro aspecto dos CEOSE, pois se trata de atividades susceptíveis de desenvolver-se simultâneamente com as etapas já mencionadas - destinar-se-á à formação dos especialistas que faltam ao Estado, ou ao seu aperfeiçoamento, quando fôr o caso. Às vezes, há os especialistas mas não são aproveitados pelo sistema, onde falta a área técnica que êles representam. É o que às vezes ocorre com a estatística, por exemplo.

5. Conclusão

O nosso trabalho é técnico. Mas as mudanças num sistema educacional constituem uma decisão política, no sentido justo da palavra. Se os poderes a que está afeta a condução dos negócios públicos não transformam as idéias em decisões, todo esfôrço técnico se torna ineficaz. Ao menos por enquanto, pois resta sempre o seu poder germinativo, capaz de produzir frutos no futuro.

COLÓQUIOS ESTADUAIS SÔBRE A ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE ENSINO

I. Os CEOSE (Colóquios Estaduais sôbre a Organização de Sistemas de Ensino) se prendem a duas consequências extremamente importantes da Lei de Diretrizes e Bases: a descentralização da política educacional, de que resultou a criação de vinte e dois sistemas estaduais de educação, em lugar do antigo sistema único, comandado artificialmente pelo MEC; e a nôvo caráter imposto às atividades dêste.

II. Contudo, a salutar autonomização dos sistemas estaduais, que lhes permite o esfôrço criador autêntico, em vez da simples e mecânica repetição dos clichês recebidos do MEC, não pode efetivar-se sem a colaboração técnica que a êste incumbe oferecer. Faltam aos sistemas estaduais quadros técnicos na quantidade e, às vêzes, com a aptidão suficiente para assumirem responsabilidades que jamais tiveram. Todavia, os vinte e dois sistemas convivem dentro da unidade nacional, sendo perfeitamente possível uma política que mobilize os melhores, estejam onde estiverem, para juntos, de forma sistemática, oferecerem assistência aos Estados, ou aos setores ainda emperrados da educação — em qualquer Estado, ou mesmo no sistema federal.

III. Essa é, de resto, a nova função dos vários departamentos e serviços do MEC. Procurando situar-se adequadamente na sistemática instituída pela Lei de Diretrizes e Bases, entendeu o INEP, ao cabo de estudos que tiveram a colaboração de vários educadores qualificados, que a mais apropriada forma de exprimir-se eficazmente a sua atuação, segundo o espírito da Lei, seria a cooperação técnica nos moldes afinal consubstanciados nos CEOSE.

IV. Que representam êsses Colóquios? quais os seus objetivos? como estão organizados? quais as suas implicações e efeitos?

A. O que representam

Os CEOSE significam a presença de uma equipe de educadores e especialistas de alto nível, junto a cada Estado, realizando aquilo que se vem pretendendo inùtilmente fazer através de ofícios, relatórios e outros expedientes burocráticos; ou com reduzida eficiência, através de congressos e reuniões mais ou menos formais. Essas equipes vão realizar, por assim dizer, um trabalho artesanal, tomando problemas e soluções, não por palavras, mas operativamente: na sua origem, na sua significação, e sobretudo, na maneira de fazer as coisas. A teoria comparecerá nesses encontros dentro do seu justo papel, de assegurar princípios e critérios que servirão de apoio permanente à prática, evitando que esta se esgote no simples treinamento.

Os Colóquios representam também a possibilidade de recolher diretamente em cada Estado informação válida sôbre o respectivo sistema educacional global e sôbre os seus aspectos mais significativos. Tem faltado em nosso país um instrumento dessa natureza na coleta de dados indispensáveis à orientação do MEC: para que êste possa agir, não abstratamente, e sim, a partir da experiência real em desenvolvimento em cada Estado.

Cumpre esclarecer que a idéia, a organização da equipe e o estilo de assistência técnica consubstanciado em nosso programa se baseiam no pressuposto de que as pessoas competentes estão, em grande parte, dispersas pelos próprios Estados, e que, em vez de propor diretrizes e idéias de uma possível instância central, cabe-nos recolher a experiência dessas pessoas e articular, ordenadamente, a sua contribuição em proveito de todo o país.

B. O que pretendem

O objetivo fundamental do nosso programa consiste em tornar efetiva a existência dos sistemas estaduais de educação. Depois de seis anos de vigência da Lei de Diretrizes e Bases, que os instituiu, ainda é muito tênue a sua realidade; basta atentar para a extrema debilidade dos Conselhos de Educação em alguns Estados; e onde o Conselho Estadual não constitui um dos eixos do sistema, é impossível que funcione a Lei de Diretrizes e Bases. Com efeito, cabe aos Conselhos, entre outras prerrogativas e encargos, a elaboração dos planos de educação nos Estados: onde vem sendo cumprido tão importante mandamento legal?

Para assegurar a real implantação dos sistemas estaduais, impõe-se que as idéias, fórmulas e soluções recebidas em cada Estado, tanto do MEC quanto de outros Estados — às vêzes por simples mimetismo — sejam perfeitamente conscientizados: só a partir dessa conscientização, êles poderão saber se o que foi importado lhes convém, e, em caso afirmativo, como incorporá-lo à sua viva tessitura. A verdadeira assistência técnica, portanto, não é a que se realiza por meios burocráticos, mas por aquele processo "artesanal" que permita a elaboração e execução da idéia em cada lugar, com a mente e as mãos dos que vão realizá-la e desenvolvê-la.

Não é necessário ponderar que tal assistência estará condicionada em cada Estado às suas necessidades, ao grau e condições de seu desenvolvimento, e às intenções de sua Administração. Poderá acontecer que, nos lugares onde a experiência educacional tiver alcançado um nível mais alto de maturidade, a presença da equipe represente sobretudo a oportunidade de um confronto de pontos de vista, e de uma troca de experiências. Tal fato não retiraria à cooperação técnica o seu valor, dado o sentido particularmente fertilizador dêsse cotejo.

C. A organização da equipe

Tendo em vista a necessidade de especialistas altamente categorizados, planejou o INEP a constituição de uma equipe, com educadores brasileiros e peritos da UNESCO, sob a coordenação do Prof. Durmeval Trigueiro Mendes. Os peritos da UNESCO são os professôres Michel Debrun e Jacques Torfs; quanto aos especialistas brasileiros, está previsto um sistema flexível de convocação que permita o seu revezamento, já que o grande número de Colóquios e o largo período de tempo em que se vão desdobrar, torna impraticável a presença permanente das mesmas pessoas na equipe. A relação dêles será comunicada ao Estado interessado andes de cada Colóquio.

D. Métodos de trabalho

O programa em cada Estado terá a duração média de 8 dias e desenvolver-se-á tendo em vista:

a) o diagnóstico da situação com a indicação de medidas administrativas e técnicas que possam conduzir à implantação de novas estruturas ou mecanismos no sistema de educação do Estado e na organização da respectiva Secretaria de Educação; b) a discussão de idéias que devam lastrear a sua política de educação; c) o planejamento educacional.

E. Implicações e efeitos

Não será apreendido o verdadeiro sentido dos CEOSE sem a perspectiva de seus desdobramentos no futuro; por outras palavras: os oito dias dos CEOSE não se destinam a resolver, mas a revolver; representam, antes de tudo, o desencadear de um processo que vai reclamar continuidade.

A eficiência dos Colóquios poderá ser imediata ou mediata, de acôrdo com a natureza de cada problema: para alguns a solução pode resultar do próprio encontro; para outros, não se poderá ir além de indicações, a modo de roteiros, entregues à boa vontade e ao dinamismo das administrações.

Sendo inevitável a projeção no futuro dos problemas suscitados nos CEOSE e das soluções que êles apenas iniciam, procurará o MEC escolher o adequado instrumento de sustentação dêsses esforços, ou seja, a institucionalização de uma verdadeira política de assistência técnica aos sistemas estaduais de educação.

C R O S E

C R O N O G R A M A

	LUGAR	PRIMEIRA SEMANA	SEGUNDA SEMANA	TERCEIRA SEMANA	QUARTA SEMANA
GRUPO A	SÃO PAULO	13-III/17-III	-	-	-
	CURITIBA	-	-	7-VI/13-VI	-
	PTO.ALEGRE		24-IV/4-V	-	-
	FLORIANÓPOLIS	-	-	-	24-VII/28-VII
GRUPO B	BRASÍLIA	24-III/31-III	-	-	-
	BELÉM	-	8-V/16-V	-	-
	GOIÂNIA	-	-	28-VI/6-VII	-
	CUIABÁ	-	-	-	31-VII/4-VIII
GRUPO C	RECIFE	3-IV/7-IV	-	-	-
	FORTALEZA	-	17-V/26-V	-	-
	NATAL	-	-	-	7-VIII/12-VIII
	SALVADOR	-	-	19-VI/27-VI	-
GRUPO D	RIO	17-IV/22-IV	-	10-VII/18-VII	14-VIII/19-VIII
	B.HORIZONTE	-	29-V/16-VI	-	-

GRUPO A = SÃO PAULO
PARANÁ
STA.CATARINA
R.G.DO SUL

GRUPO B = DISTRITO FEDERAL
MATO GROSSO
GOIÁS
PARÁ
AMAZONAS
ACRE
RORAIMA
RONDÔNIA
AMAPÁ

GRUPO C = MARANHÃO
PIAUÍ
CEARÁ
R.G.DO NORTE
PARAÍBA
PERNAMBUCO
ALAGOAS
SERGIPE
BAHIA

GRUPO D = RIO
GUANABARA
ESPÍRITO SANTO
MINAS GERAIS

C R O S E

Horário da Primeira Semana
(Março - Abril 1967)

SÃO PAULO							
MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
Conferência	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	I(5)	-	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	DT	-	-
MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	20	21	22	23*	24*	25	26
	S E M A N A			S A N T A			
BRASÍLIA							
MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	AB	AB
DATA	27	28	29	30	31	1	2
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
Conferência	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	I(5)	-	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	DT	-	-
RECIFE							
MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	3	4	5	6	7	8	9
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
Conferência	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	I(5)	-	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	DT	-	-
MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	10	11	12	13	14	15	16
	3ª C O N F E R Ê N C I A						
RIO DE JANEIRO							
MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	17	18	19	20	21	22	23
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
CONFERÊNCIA	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	-	I(5)	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	-	DT	-

C R O S E

Horário da Segunda Semana

(Abril - Maio 1967)

PTO. ALEGRE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	-	-	-	II(6)	II(7)	II(8)
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	JT/MD	-	-	-	PF	MD	DT

BELÉM

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	8	9	10	11	12	13	14	15	16
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	II(6)	-	II(7)	II(8)
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	JT/MD	PF	-	MD	DT

FORTALEZA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
DIA	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	-	II(5)	II(6)	II(7)	-	II(8)
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	-	JT/MD	PF	MD	-	DT

BELO HORIZONTE

MÊS	MAI	MAI	MAI	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	II(6)	-	II(7)	II(8)	-
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	JT/MD	PF	-	MD	DT	-

C R O S E

Horário da Terceira Semana
(Junho - Julho 1967)

CURITIBA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	7	8	9	10	11	12	13	14	15
DIA	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	-	III(5)	III(6)	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	-	PF	DT	PF	JT

SALVADOR

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	19	20	21	22	23	24	25	26	27
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	-	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	PF	DT	-	PF	JT

GOIÂNIA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	28	29	30	1	2	3	4	5	6
DIA	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	-	III(5)	III(6)	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	-	PF	DT	PF	JT

RIO DE JANEIRO

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	-	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	PF	DT	-	PF	JT

C R O S E

Horário da Quarta Semana
(Julho - Agôsto 1967)

FLORIANÓPOLIS

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	24	25	26	27	28	29
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RESPONSÁVEL	JT	JT	JT	MD	DT	-

CUIABÁ

MÊS	JUL	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	31	1	2	3	4	5
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RESPONSÁVEL	JT	JT	JT	MD	DT	-

NATAL

MÊS	AG	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	7	8	9	10	11	12
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RESPONSÁVEL	JT	JT	JT	MD	DT	-

RIO DE JANEIRO

MÊS	AG	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	14	15	16	17	18	19
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	-	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)
RESPONSÁVEL	JT	-	JT	JT	MD	DT

C R O S E

C R O N O G R A M A

LUGAR		PRIMEIRA SEMANA	SEGUNDA SEMANA	TERCEIRA SEMANA	QUARTA SEMANA
GRUPO A	SÃO PAULO	13-III/17-III	-	-	-
	CURITIBA	-	-	7-VI/13-VI	-
	PTO.ALEGRE	-	24-IV/4-V	-	-
	FLORIANOPOLIS	-	-	-	24-VII/28-VII
GRUPO B	BRASÍLIA	24-III/31-III	-	-	-
	BELÉM	-	8-V/16-V	-	-
	GOIÂNIA	-	-	28-VI/6-VII	-
	CUIABÁ	-	-	-	31-VII/4-VIII
GRUPO C	RECÍFE	3-IV/7-IV	-	-	-
	FORTALEZA	-	17-V/26-V	-	-
	NATAL	-	-	-	7-VIII/12-VIII
	SALVADOR	-	-	19-VI/27-VI	-
GRUPO D	RIO	17-IV/22-IV	-	10-VII/18-VII	14-VIII/19-VIII
	B.HORIZONTE	-	29-V/16-VI	-	-

GRUPO A = SÃO PAULO
R.G.DO SUL
STA. CATARINA
PARANÁ

GRUPO B = DISTRITO FEDERAL
MATO GROSSO
PARÁ
AMAZONAS
ACRE
~~ACRE~~
RORAIMA
RONDÔNIA
AMAPÁ

GRUPO C = CEARÁ
PIAUÍ
R.G.DO NORTE
BAHIA
SERGIPE
ALAGÔAS
PARAÍBA
PERNAMBUCO
MARANHÃO

GRUPO D = RIO
GUANABARA
ESPÍRITO SANTO
MINAS GERAIS

C R O S E

Horário da Primeira Semana
(Março - Abril 1967)

SÃO PAULO

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	13	14	15	16	17	18	19
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
Conferência	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	I(5)	-	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	DT	-	-

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	MA	MA
DATA	20	21	22	23*	24*	25	26

S E M A N A S A N T A

BRASÍLIA

MÊS	MA	MA	MA	MA	MA	AB	AB
DATA	27	28	29	30	31	1	2
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
Conferência	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	I(5)	-	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	DT	-	-

RECIFE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	3	4	5	6	7	8	9
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
Conferência	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	I(5)	-	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	DT	-	-

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	10	11	12	13	14	15	16

3ª C O N F E R Ê N C I A

~~RIO DE JANEIRO~~ BELO HORIZONTE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB
DATA	17	18	19	20	21	22	23
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do
CONFERÊNCIA	I(1)	I(2)	I(3)	I(4)	-	I(5)	-
RESPONSÁVEL	DT	MD	MD	DT	-	DT	-

C R O S E

Horário da Segunda Semana
(Abril - Maio 1967)

PTº ALEGRE

MÊS	AB	AB	AB	AB	AB	AB	AB	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	24	25	26	27	28	29	30	1	2	3	4
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	-	-	-	II(6)	II(7)	II(8)
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	JT/MD	-	-	-	PF	MD	DT

BELÉM

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	8	9	10	11	12	13	14	15	16
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	II(6)	-	II(7)	II(8)
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	JT/MD	PF	-	MD	DT

FORTALEZA

MÊS	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI	MAI
DATA	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26
DIA	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	-	II(5)	II(6)	II(7)	-	II(8)
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	-	JT/MD	PF	MD	-	DT

RIO DE JANEIRO

MÊS	MAI	MAI	MAI	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	29	30	31	1	2	3	4	5	6	7
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª
CONFERÊNCIA	II(1)	II(2)	II(3)	II(4)	II(5)	II(6)	-	II(7)	II(8)	-
RESPONSÁVEL	MD	PF	JT	JT	JT/MD	PF	-	MD	DT	-

C R O S E

Horário da Terceira Semana
(Junho - Julho 1967)

CURITIBA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	7	8	9	10	11	12	13	14	15
DIA	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	-	III(5)	III(6)	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	-	PF	DT	PF	JT

SALVADOR

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN	JUN
DATA	19	20	21	22	23	24	25	26	27
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	-	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	PF	DT	-	PF	JT

GOIÂNIA

MÊS	JUN	JUN	JUN	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	28	29	30	1	2	3	4	5	6
DIA	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª	4ª	5ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	-	III(5)	III(6)	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	-	PF	DT	PF	JT

RIO DE JANEIRO

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	10	11	12	13	14	15	16	17	18
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa	Do	2ª	3ª
CONFERÊNCIA	III(1)	III(2)	III(3)	III(4)	III(5)	III(6)	-	III(7)	III(8)
RESPONSÁVEL	DT/AC	EC	EC	DT	PF	DT	-	PF	JT

C R O S E

Horário da Quarta Semana
(Julho - Agôsto 1967)

FLORIANÓPOLIS

MÊS	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL	JUL
DATA	24	25	26	27	28	29
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RESPONSÁVEL	JT	JT	JT	MD	DT	-

CUIABÁ

MÊS	JUL	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	31	1	2	3	4	5
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RESPONSÁVEL	JT	JT	JT	MD	DT	-

NATAL

MÊS	AG	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	7	8	9	10	11	12
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)	-
RESPONSÁVEL	JT	JT	JT	MD	DT	-

RIO DE JANEIRO

MÊS	AG	AG	AG	AG	AG	AG
DATA	14	15	16	17	18	19
DIA	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	Sa
CONFERÊNCIA	IV(1)	-	IV(2)	IV(3)	IV(4)	IV(5)
RESPONSÁVEL	JT	-	JT	JT	MD	DT

COLÓQUIOS REGIONAIS SÔBRE A ORGANIZAÇAO DOS SISTEMAS DE ENSINO

PROGRAMA

PRIMEIRA SEMANA

1º DIA

9,00-10,30 I,1,A - Os objetivos dos CROSE
Relator: Prof. CARLOS PASQUALE

10,45-12,00 I,1,B - Seminário: Debates sôbre o tema anterior.

14,30-15,45 I,1,C - A Lei de Diretrizes e Bases
Relator: PROF. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. Introdução: As intenções da Lei de Diretrizes e Bases.

Em que medida se trata de uma lei bem sucedida, no sentido de ter alcançado definir com clareza uma determinada concepção educacional, e de tê-la traduzido coerentemente no conjunto de suas aplicações. Como repercutem os seus princípios fundamentais nas soluções concretas que adotou. Aspectos positivos e negativos: as inovações que introduz, ou apenas deixa entreabertas, e os arcaísmos. As hesitações entre o caráter permissivo, estimulador do processo de criação, e o caráter regulamentador. As ambiguidades de sua filosofia: a verdadeira dialética e o falso equilíbrio.

2. Princípios filosóficos.

a. Os postulados.

- Unidade nacional. Cultura comum; a integração democrática.
- Dialética indivíduo-sociedade; a educação em relação ao bem comum.
- Humanismo. Educação geral e educação técnica. A educação permanente. A consciência universalista.

b. As soluções da Lei.

- Em relação às responsabilidades do Estado na educação e ao princípio de uma educação nacional.
- Em relação ao conteúdo de uma educação comum.
- Em relação à formação científica e técnica.

3. Princípios políticos.

a. Voluntarismo e espontaneísmo na política educacional. A necessidade de uma política eficazmente nacional. Os instrumentos dessa eficácia.

b. A vontade comum e o pluralismo na organização do sistema educacional. O planejamento sob essa perspectiva dialética.

c. Os princípios da subsidiariedade e da ação direta do Estado na política educacional.

d. A escolaridade como problema sócio-político.

e. Aspectos sociológicos da habilitação profissional no Brasil e seus reflexos na sistemática educacional.

f. A organização do ensino.

- Problemas sociológicos. O fenômeno da rarefação e da dispersão cultural. A diferenciação inter-regional.
  Soluções legais tradicionais, e soluções reais.

- Problemas administrativos. A centralização burocrática antes da Lei de Diretrizes e Bases. O caminho que esta propiciou, ainda não explorado adequadamente. Equilíbrio entre os diferentes sistemas e órgãos educacionais com seus respectivos graus de autonomia, mediante um processo dinâmico; a co-participação programada, na qual o papel do MEC se expressa, antes pela cooperação que pela imposição.

  Os Conselhos de Educação; sua originalidade no sistema educacional e suas virtualidades igualmente pouco exploradas, como instrumento de uma política de equilíbrio entre tôdas as instâncias políticas, sociais, pedagógicas, que interferem no processo educacional.

  Os sistemas estaduais confrontados com o sistema federal de educação.

A autonomia universitária e seus impasses. A conversão das Universidades em fundações.

O planejamento: o que a lei determina e o que autoriza. Papel do Conselho Federal de Educação.

O financiamento:

O princípio do nivelamento dos Fundos.
O princípio da complementaridade (União, Estados, Municípios).
As prioridades.
Papel dos Conselhos de Educação: o Federal e os estaduais.
Modalidades de ajuda federal e mecanismos de sua execução.

A eficiência dos sistemas educacionais:

ausência de órgãos de programação, avaliação e contrôle;
os custos e a produtividade do ensino.

4. Princípios pedagógicos

a. Experimentalismo e experiencialismo pedagógicos.

- Possibilidades de experimentar.
- Objetividade do ensino: o confronto com a realidade, a experiência e o verbalismo. Falta de proporção entre os propósitos enunciados na Lei e o sistema didático que, expressa ou implícitamente, nela se contém.

Ausência de perspectiva experencial, manifestada:
- na idéia da escolaridade;
- na idéia da continuidade do currículo, baseada na continuidade da experiência.

Ex: a solução adotada em relação às várias modalidades do ensino médio; a inadequada colocação da "formação moral e cívica" e da "iniciação artística".

O problema do ensino e da pesquisa.

b. Flexibilidade do sistema didático.

Variedade dos cursos.
O princípio das alternativas:
Ex: curso complementar no nível primário: colégio universitário, no nível secundário.

Adaptação da estrutura didática a situações especiais, determinadas por objetivos particulares dos cursos, ou pelas condições especiais em que se realizam.

Autonomia didática dos sistemas estaduais de ensino, e das Universidades. O problema da inspeção, sob êsse aspecto.

c. Problemas do currículo

Sistema de escolaridade (aspectos psicológicos e didáticos).

Flexibilidade do currículo.

Duração dos cursos.

O problema do estudo do português.

Sistema de avaliação.

O currículo mínimo e sua complementação.

O esquema numérico na estrutura da Universidade e da Faculdade de Filosofia, em lugar de um esquema orgânico.

d. Inspeção e orientação educativa

As incongruências que persistem na Lei sôbre o caráter da inspeção.

e) A comunidade escolar: o professor, o aluno, o regime e os métodos de trabalho.

16,00-17,30 I,1,D -Seminário: Debates sôbre o tema anterior.

PRIMEIRA SEMANA

2º DIA

PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Tal panorama não terá finalidade erudita, antes visando permitir uma compreensão e uma reestruturação do presente educacional brasileiro. Insistir-se-á, notadamente, sôbre as tendências de longa duração, ainda vigentes, que facilitam ou bloqueiam os esforços dos reformadores.

9,00 - 10,30 I,2,A. Evolução e principais correntes:

Relator:

1. Algumas etapas:

   Ensino jesuítico; o Seminário de Olinda; desenvolvimento das escolas superiores; o Colégio Pedro II; a educação elementar privativa das províncias e, depois, dos Estados; o problema da liberdade do ensino e a questão da Universidade; a preocupação com o ensino primário no advento da República.

2. Aspectos e consequências educacionais das principais correntes ideológicas:
   ecletismo, liberalismo, positivismo, cientificismo, integrismo.

3. Influências estrangeiras no campo didático e pedagógico:
   a tradição coimbrã; modêlos inglêses e francêses; o "germanismo pedagógico"; penetração dos métodos norte-americanos a partir de 1880.

10,45 - 12,15 I,2,B. Tendências permanentes:

Relator: MICHEL DEBRUN

Salientar-se-á a partir do tópico acima:

1. A persistência de alguns traços negativos:

   A escola funcionando não raro como barreira social; o desdenho para com o ensino aplicado; o ornamentalismo; os currículos hipertrofiados, etc...

2. A abertura constante para novas ideologias e experiências educacionais, a capacidade para inovações profundas (analisar-se-ão, por exemplo, o relatório Paulino Soares de Souza de 1870 e a concepção originária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P.) e as transplatações bem sucedidas (por exemplo, o movimento cívico dos educadores paulistas a favor do ensino primário e suas afinidades com o laicismo francês dos anos 1880).

15,00 - 18,00 I,2,C. Seminários:

Dois grupos serão formados, cada um devendo debater um dos dois temas apresentados na parte da manhã. Em seguida, reunião plenária, a fim de chegar a conclusões de conjunto sôbre a história da educação brasileira, e a influência dessa história sôbre a situação presente.

Redação eventual de relatórios parciais e de um relatório global, que poderiam ser apresentados no fim da sessão da tarde do dia seguinte.

PRIMEIRA SEMANA

3º DIA

IDEAIS E REALIZAÇÕES DOS PIONEIROS DA GERAÇÃO DE 1930

Ligado à intensificação da urbanização, já na década de 20, e da industrialização, sobretudo a partir de 1930, o movimento consubstanciado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) se propunha a definir uma educação mais consoante com as exigências da sociedade em gestação. A análise pormenorizada dêsse movimento deve preceder tôda e qualquer tentativa de reestruturação do sistema educacional atual, sendo que:

1. Muitos dos problemas institucionais, financeiros e pedagógicos enfrentados pelos pioneiros ainda permanecem de pé, no que têm de básico e apesar da mudança de contexto sócio-econômico.

2. Nessas condições a reflexão sôbre os êxitos ou fracassos dos enfoques teóricos e das soluções práticas então adotados pode permitir uma melhor avaliação das reformas projetadas ou em curso.

9,00 - 10,30 1,3,A. Principais aspectos do movimento:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Fontes nacionais e estrangeiras

2. Análise do Manifesto

3. A chance política dos pioneiros; alargamento da participação das classes médias ao poder, a partir de 1930.

4. O desvirtuamento progressivo dos ideais, sob o impacto:

- da resistência das elites tradicionais;
- da demanda maciça de educação, maior do que prevista, por parte das camadas em ascenção;
- das expectativas, muitas vêzes tradicionais, dessas camadas.

10,45 - 12,15 1,3,B. Principais tendências:

Relator:

Focalizar-se-ão, notadamente, os matizes ou divergências entre os pioneiros relativamente a problemas tais como:

1. Primazia do ensino superior ou primazia da educação popular?
2. Organização dos currículos.
3. Papel do govêrno federal e papel dos estados e coletividades locais, no campo da educação.

15,00 - 18,00 1,3,C. - Seminário:

Reunião plenária para debater os temas acima, com a participação eventual de educadores da geração de 30.

PRIMEIRA SEMANA

3º DIA

IDEAIS E REALIZAÇÕES DOS PIONEIROS DA GERAÇÃO DE 1930

Ligado à intensificação da urbanização, já na década de 20, e da industrialização, sobretudo a partir de 1930, o movimento consubstanciado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) se propunha a definir uma educação mais consoante com as exigências da sociedade em gestação. A análise pormenorizada dêsse movimento deve preceder tôda e qualquer tentativa de reestruturação do sistema educacional atual, sendo que:

1. Muitos dos problemas institucionais, financeiros e pedagógicos enfrentados pelos pioneiros ainda permanecem de pé, no que têm de básico e apesar da mudança de contexto sócio-econômico.

2. Nessas condições a reflexão sôbre os êxitos ou fracassos dos enfoques teóricos e das soluções práticas então adotados pode permitir uma melhor avaliação das reformas projetadas ou em curso.

9,00 - 10,30 1,3,A. Principais aspectos do movimento:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Fontes nacionais e estrangeiras

2. Análise do Manifesto

3. A chance política dos pioneiros; alargamento da participação das classes médias ao poder, a partir de 1930.

4. O desvirtuamento progressivo dos ideais, sob o impacto:

- da resistência das elites tradicionais;
- da demanda maciça de educação, maior do que prevista, por parte das camadas em ascenção;
- das expectativas, muitas vêzes tradicionais, dessas camadas.

10,45 - 12,15 1,3,B. Principais tendências:

Relator:

Focalizar-se-ão, notadamente, os matizes ou divergências entre os pioneiros relativamente a problemas tais como:

1. Primazia do ensino superior ou primazia da educação popular?
2. Organização dos currículos.
3. Papel do govêrno federal e papel dos estados e coletividades locais, no campo da educação.

15,00 - 18,00 1,3,C. - Seminário:

Reunião plenária para debater os temas acima, com a participação eventual de educadores da geração de 30.

PRIMEIRA SEMANA

5º DIA

ATUALIDADE EDUCACIONAL BRASILEIRA

9,00 - 10,30 I,5,A. A Problemática Educacional Brasileira (tentativa de identificação de suas raízes).

Relator: Prof. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. A educação como fenômeno extrínseco ao processo brasileiro.

A educação vem sendo considerada, na prática, como uma realidade exterior à realidade nacional, não incorporada às mudanças sociais, econômicas e políticas.

Causas preponderantes:

a. cultural: falta de realismo empírico no processo cultural, especialmente no campo da educação; o nominalismo institucional: soluções verbalistas que se sucedem, à maneira de clichês, sem alterar o conteúdo real dos problemas;

b. sociológica: em consequência dessa alienação, as mudanças oriundas da industrialização e da urbanização deixaram perplexas as elites e o povo, quanto à reformulação do sistema educacional;

c. política: deficiências de nossa filosofia e organização democráticas.

Entre as consequências dessa extrinsecidade da educação no processo brasileiro, destaca-se a de poder ser ela manejada com indiferença - embora às vêzes dissimulada no zêlo simbólico - ou com suspeita desenvoltura.

2. A idéia que têm da educação as elites e o povo, decorrentes da tradição, dos moldes culturais e

do contexto sócio-político. A instrumentalidade cultural e a instrumentalidade técnica da educação; relação dêsses conceitos com as "crenças" implícitas em nossa ideologia política. A sua mútua implicação no plano sociológico e no plano pedagógico.

Atitude das elites em relação à educação. O zêlo aparente e o desinterêsse real. Conflito entre a atitude das elites e a pressão popular: conciliação fictícia mediante soluções simbólicas. Ausência de medidas decisivas que traduzam novas "crenças" na eficácia da educação, compatíveis com o seu papel no desenvolvimento nacional. Arcaísmo e desinformação na perspectiva das elites.

Existe um dualismo no sistema educacional brasileiro - uma educação de elites, e outra popular?

Apresentação de nova hipótese interpretativa: a filosofia anti-popular da educação brasileira se exprime dentro de um sistema bàsicamente único e não dual. Dois tipos de influência recíproca: a inicial - das elites sôbre o povo, exercida por contaminação; a atual - do povo, tornado mais consciente do papel da educação - por fôrça das vicissitudes sociais e econômicas - sôbre as elites, exercida por pressão.

3. A educação além da escola.

O desafio da quantidade: a educação de todos. Como torná-la viável e eficiente?

O desafio da mudança: a integração dos educados nos níveis e modalidades, incessantemente renovadas, do trabalho e da cultura?

As novas dimensões da educação:

a. educação do povo sob nova perspectiva: a da promoção humana e a das instrumentalidades, nos termos fixados no tópico a, 2.

b. a revolução dos meios.

O caráter ilusório das soluções adotadas no Brasil, quanto à expansão da educação, e, especialmente, quanto à educação dos adultos.

Uma nova metodologia: a valorização da experiência dos adultos no processo de sua educação; valorização da cultura difusa, bem como dos meios de difusão da cultura em escala de massa; educação permanente.

4. A educação e o desenvolvimento brasileiro.

O conceito de desenvolvimento e suas implicações.

Equilíbrio e mudança.

Problemática do desenvolvimento brasileiro. Uma dupla ordem de equívocos: quanto ao próprio desenvolvimento, e quanto ao papel que nele desempenha a educação.

10,45 - 12,15 I,5,B. Os problemas mais importantes.

Relator: Prof. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. Expansão do ensino.

a. A idéia de um sistema educacional em equilíbrio com o sistema social global, do ponto de vista das dimensões e das exigências qualitativas. Os três níveis do ensino e seus correspondentes níveis de crescimento. A idéia da correlação entre êles, do ponto de vista, 1) da estrutura interna do sistema educacional, e 2) da harmonização dêste com o sistema social global;

b. aspectos essenciais no problema da expansão do ensino: demográfico, geo-econômico, social e cultural;

c. condições sociais, econômicas e institucionais, em cada região, que predeterminam e

orientam a política de expansão educacional; as desigualdades inter-regionais e o planejamento global da educação;

d. com que, e como, se busca educação no Brasil. As motivações psicológicas, sociais e econômicas. A expansão do ensino, na linha da promoção das comunidades: as soluções válidas e as ilusórias;

e. a política baseada em duas diretrizes fundamentais: a concentração de recursos humanos e materiais, e a diversificação das soluções.

2. A escola e o mundo de fora.

a. A idéia da comunicação.

Continuidade entre a escola e a realidade social e histórica: objetividade da educação.

Continuidade entre a educação e o processo social: a educação permanente.

- Como eliminar o imanetismo da escola brasileira, isto é, o seu encerrar-se sôbre si mesma? Reformulação de objetivos, currículos e métodos;

- novos estilos de escolaridade: ao alcance de qualquer um, de acôrdo com o seu preparo, suas necessidades e o seu tempo disponível.

b. A idéia da eficiência.

Em que sentido educação é habilitação. As habilitações fundamentais que ela promove, nos diferentes planos: cívico, social e profissional. Educação e treinamento.

Relações entre a educação e o trabalho. A estrutura ocupacional no país, e a correspondente formação profissional que o sistema escolar promove. Os erros e equívocos na formação de profissionais.

A educação geral e a especialização.

A exigência da qualidade e o mito da quantidade.

A persistência de crenças mágicas na expansão do sistema escolar. Hipóteses realistas de conciliação entre a qualidade e a quantidade. O conceito de escolaridade dentro da perspectiva de eficiência: quanto ao nível e à educação.

3. A educação e a cultura.

Reformulação do conceito de cultura geral. As humanidades na perspectiva do mundo atual. A nova escola média. Em que medida perdura, e é didàticamente viável, a eixigência da cultura geral nas estruturas do ensino superior?

4. A escola por dentro.

a. Problemas do professor: formação, recrutamento, aperfeiçoamento, remuneração, estatuto jurídico, condições e formas de trabalho.

b. Problemas do aluno: 1) perspectiva generacional; o problema estudantil no quadro do atual pluralismo ideológico: sua repercussão na Universidade e o processo "redutor", próprio da cultura universitária; 2) condições de vida e de estudo dos alunos; a assistência social escolar.

c. A comunidade escolar e o diálogo pedagógico. Regime e métodos de trabalho do professor e do aluno: as possibilidades do convívio e da cooperação.

14,30 - 15,45 I,5,C. A questão dos meios.

Condições materiais: equipamentos e instalações. Quem pode mudar a educação brasileira, e como.

1. A estratégia fundamental.

a. A ação pública e a ação privada: as antino

mias arcaicas e a perspectiva atual da integração;

b. a idéia de liderança nacional;

c. a idéia do planejamento;

d. a organização administrativa da educação nas três escolas: nacional, estadual e municipal.

- a tomada de consciência dos problemas educacionais: como se processa no Brasil (espraiando-se do centro para a periferia); e como acelerá-la;

- a informação técnica para uso dos administradores do empirismo mais ou menos casualístico, tornando-a sistemática;

- os meios operacionais: o problema do pessoal qualificado; técnicas de organização e programação.

2. Cooperação técnica.

a. Os equívocos que perduram. Insuficiência e inadequação dos quadros técnicos para a cooperação a ser exercida pelo MEC. Criação de uma nova linha de ajuda técnica do MEC - não só de cima para baixo, mas de um lado para outro - e de novas categorias de especialistas nos diversos setores da educação, de acôrdo com a atualidade educacional brasileira

b. Como tornar atuantes, no sentido da cooperação técnica, as potencialidades culturais do Brasil, representadas pelos seus quadros de professôres, pesquisadores, especialistas, etc., atualmente prejudicados pela sua dispersão e confinamento: do isolamento à ação conjugada, da rarefação à concentração irradiadora.

3. Os recursos financeiros.

a. O dinheiro para a educação e o jôgo da verdade, ou seja, recursos para alimentar símbolos, ou recursos para fazer educação. Educação e desenvolvimento: esgotamento de fase retórica. O nível de recursos que torna a educação instrumento primordial no desenvolvimento brasileiro.

b. Os pressupostos da nova política de recursos na mentalidade das elites, dos governantes e do povo.

16,00 - 17,30 I,5,D. Seminário - debates.

SEGUNDA SEMANA

1º DIA

A Pesquisa Sociológica no Campo Educacional

Insistir-se-á sôbre a necessidade de uma estreita integração da sociologia da educação à sociologia em geral, num duplo sentido:

1. Os problemas, métodos e técnicas são os mesmos , em que pese a especificidade dos fenômenos educacionais.

2. Êsses fenômenos só podem ser devidamente interpretados quando relacionados com a vida social extra escolar.

9 - 10,30 II,5,A - Áreas de pesquisa:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. As relações entre o sistema social global e o sistema educacional: adequação global do segundo ao primeiro, mas também possibilidade de adiantamentos e atrasos, possibilitando não só conflitos como reestruturações fecundas.

2. As relações de autoridade entre os membros do pessoal educacional, nos vários âmbitos (MEC, secretarias de Estado, escolas, centros de pesquisa etc); o aspecto negativo de algumas dessas relações e o caráter cumulativo das deficiências, gerando às vêzes a imobilização ou o retrocesso do sistema educacional.

3. As expectativas (da sociedade global, das várias camadas sociais, dos professôres e alunos) em relação ao ensino e ao professorado; às ideologias educacionais explícitas; as discrepâncias eventuais de umas e outras em relação à realidade educacional; a inserção dêsses vários aspectos na dinâmica da sociedade global.

4. O papel desempenhado por determinados tipos de ensino e escolas, no sentido de manter ou fortalecer determinados status e estruturas sociais - As várias modalidades dêsse papel: seletividade social no recrutamento e nas promoções dos alu-

nos, quer pelo dinheiro quer pela natureza dos testes propostos; conteúdo do ensino, mais condizente com as tradições ou os interêsses de determinadas categorias; a estrutura administrativa do ensino, as modalidades de recrutamento do corpo docente, os seus estatutos; o magistério, como canal de acesso a certos status ou como decorrência dêles.

5. A escola como instrumento de promoção de novos valores, de mobilidade sócio-cultural para as categorias desfavorecidas, de formação de uma nova elite político-econômica - as relações recíprocas entre as mentalidades "empresarial", "tecnocrática" etc... e o ensino de certas escolas superiores.

10,45 - 12,13 II,5,B - Métodos e Técnicas

Relator:

1. Métodos: vários serão expostos e discutidos, notadamente o método funcionalista, familiar aos sociólogos brasileiros.

2. Técnicos: questionários e sua construção, estudos de comunidade, etc...

3. Análise da elaboração, do andamento e dos resultados de uma pesquisa educacional.

15,00 - 18,00 II,5,C - Debate sôbre as possibilidades e a utilidade concreta da aplicação da sociologia ao campo educacional, com a participação de sociólogos ligados a êsse campo.

SEGUNDA SEMANA

2º DIA

A PESQUISA E A EXPERIMENTAÇÃO PEDAGÓGICAS

9,00 - 10,30 Estratégia e tática da "pesquisa em ação": uma exposição de caráter geral, na qual serão desenvolvidos os seguintes pontos:

1. Admite-se que, numa situação caracterizada pela escassez de recursos, pela urgência das necessidades e pelo número dos problemas, a pesquisa pedagógica seja considerada - a priori - como secundária. Torna-se necessário, pois, redefinir a pesquisa, que será:

   a. estreitamente ligada à atividade de avaliação quantitativa e crítica das qualidades do corpo docente, do currículo, das técnicas e do material usado, dos resultados de qualquer inovação;

   b. Mais do tipo de "survey" - isto é, estudo que visa à compreensão dos fatos básicos de uma situação dada, do que do tipo "experimental" - isto é, mudança artificialmente provocada com o objetivo de melhorar um sistema.

2. No caso de uma decisão a ser tomada, a "pesquisa em ação" deverá:

   a. reunir, com o máximo de objetividade, os dados necessários;

   b. na medida do possível e quando o assunto o permitir, quantificar os argumentos.

3. Esta estratégia de uma "pesquisa em ação" influirá sôbre a sua organização da maneira seguinte:

   a. Será raramente uma pesquisa "acadêmica" ainda que, na perspectiva de um planejamento integral, seja necessário prever pesquisas fundamentais - isto é, que visam a modificar ou completar as teorias educacionais vigentes; estas pesquisas serão sobretudo desenvolvidas pelas futuras faculdades de Educação;

b. será, principalmente, uma pesquisa aplicada, isto é, diretamente orientada para problemas específicos, concretos e limitados;

c. será dada prioridade menos à formação de pesquisadores especializados do que à difusão de uma mentalidade de observação sistemática, de avaliação contínua da parte do corpo docente em atividade, através de programas de supervisão e por centros diretamente ligados às Secretarias de Educação;

d. será importante que, através da inspeção e da supervisão, circulem intensamente as observações, as inovações e a informação em geral.

4. Isto implica a seguinte tática:

a. eliminação sistemática do caráter esotérico da pesquisa e preocupação na sua vulgarização;

b. revisão e sistematização da terminologia em uso; normalização dos instrumentos (em particular dos testes);

c. revisão dos currículos das Escolas normais e de outras instituições similares, de maneira a preparar o corpo docente para estas novas tarefas.

10,45 - 12,00 II,2,B. Diretrizes para a organização de uma rêde nacional de informações.

A partir de um documento proposto pelo Diretor do INEP, poderão ser considerados e discutidos os seguintes pontos:

1. Medidas necessárias para dinamizar e estreitar os elos entre os diversos CRPE, o CBPE e o INEP.

2. Estudo das modalidades de entrosamento entre, de um lado, os centros dependentes do INEP e de outro, os centros criados diretamente pelas Secretarias e os centros dependentes de Faculdades.

3. Elaboração de uma política nacional de publicações, seja de revistas e boletins informativos, seja de livros e compêndios.

14,00 - 16,00 II,2,C. Balanço da experimentação pedagógica no Brasil a partir da documentação reunida no CBPE pelo Dr. Jaime Abreu.

16,15 - 17,30 II,2,D. Exemplos de "pesquisa em ação.

1. Uma breve apresentação de uma seleção de pesquisas que já foram realizadas no Brasil dentro desta perspectiva.
2. Discussão sôbre as exposições e a organização propostas com base nestes exemplos.
3. Trabalho em grupo, cada um analisando um projeto de "pesquisa em ação", tendo em vista:
   a. a técnica mais eficaz;
   b. a sua relevância;
   c. a sua rentabilidade;
   d. o seu orçamento;
   e. a sua difusão posterior.

SEGUNDA SEMANA

3º DIA

AS ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS

9,00 - 10,15 II,3,A - Critérios de avaliação das estatísticas em geral

Relator: JACQUES TORFS

1. Como avaliar o grau de confiança que se pode depositar numa estatística? Exemplo: Censo Escolar 1964.
2. Como avaliar a operatividade de uma estatística em relação a determinado problema? Exemplo: Estatísticas sôbre REPETENTES E DESERTORES.

10,15 - 12,00 II,3,B - Bases para a formação e a análise das Estatísticas de educação

Relator: Profª LOURDES BRITO PEREIRA

1. Discutir-se-ão os vários tipos de estatísticas econômicas e outras necessárias para formulação de uma política educacional.
2. Poderão ser evocadas as bases, propostas pela UNESCO, para a preparação do próximo seminário regional (Santiago) de assistência técnica sôbre inversões em educação na América Latina.
3. Discutir-se-ão as relações entre as informações necessárias pela formulação de uma política e para as operações administrativas.

15,00 - 16,30 II,3,C - SEMINÁRIOS

sôbre os temas anteriores.

SEGUNDA SEMANA

4º DIA

O CUSTO DA EDUCAÇÃO

9,00 - 10,45 II,4,A. Análise dos custos unitários

Relator:

a. Necessidade de calcular os custos unitários para, de um lado, ter um critério econômico da rentabilidade do sistema; de outro lado, para prever o custo da expanão suposta.

b. Diferenças entre despesas e custos. Regras e métodos para o cálculo dos custos unitários por aluno. Enumeração e classificação das despesas correntes e das despesas de capital.

c. O custo por aluno e o custo por aluno formação.

d. Comparação com os custos unitários internacionais e regionais. Perigos das comparações internacionais.

SEMINÁRIO:

10,45 - 12,00 II,4,B. Exercício para aplicação das regras e métodos expostos à situação local. Determinação dos custos unitários por Estado.

15,00 - 16,30 II,4,C. O custo da educação no Brasil

Relator: JACQUES TORFS

a. Análise das despesas da União, dos Estados, dos Municípios durante os últimos anos. Custos prováveis.

b. Estimação da contribuição do setor privado ao ensino durante o mesmo período.

c. Evolução das relações entre as despesas totais em educação com o PIB.

d. Determinação da percentagem do PIB que poderia e deveria ser gasta em educação.

e. Comparação com a evolução em outros países.

SEMINÁRIO:

16,45 - 18,00 II,4,D. Exercício para aplicação do mesmo método a cada Estado representado.

SEGUNDA SEMANA

5º DIA

PRINCÍPIOS E INSTRUMENTOS DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9 - 10,30 II,5,A - A Nova Filosofia da Administração Pública:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Princípios Gerais:
   a) eliminação das duplicações e paralelismos de providências e esforços voltados para os mesmos objetivos.
   b) refôrço da coerência interna dos ministérios e secretarias de Estado, delimitação rigorosa das esferas de autoridade e responsabilidade.
   c) descentralização interna dêsses órgãos propiciando uma separação nítida entre as tarefas rotineiras e os processos decisórios.
   d) institucionalização do assessoramento especializado.
   e) descentralização externa, dando maiores responsabilidades ao poder estadual em relação ao poder federal; e às repartições regionais dos ministérios em relação às autoridades centrais dos mesmos.
2. Estruturação de uma verdadeira função pública:
   a) histórico sumário do DASP e da sua atuação.
   b) o Centro de Aperfeiçoamento previsto na atual Lei de Reforma Administrativa, para formação de altos funcionários federais; possibilidade da formação ou treinamento do alto funcionalismo estadual nêsse centro, ou em órgãos similares.
   c) inspetorias e autorias nos ministérios e, eventualmente, nas secretarias de Estado.

10,45 - 12,00 II,5,B - Novas Técnicas Administrativas.

Relator: JACQUES TORFS

1. Modificações básicas dos organogramas: funções Normativas e Executivas.
   Integração dos Conselhos Estaduais de Educação numa estrutura administrativa moderna e lógica.

2. Modernização dos sistemas de coleta, classificação contrôle de dados administrativos e estatísticos . Utilização das fichas, dos Computadores Eletrônicos e demais sistemas de Contrôle de dados.

15,00 - 18,00 II,5,C- SEMINÁRIO:

Estudo de organogramas e sistemas administrativos dos Estados.

SEGUNDA SEMANA

6º DIA

NOVOS MEIOS DIDÁTICOS E NOVOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

9,00 - 10,30 II,6,A. Recapitulação dos meios didáticos disponíveis:

1. Os meios tradicionais e as suas limitações:

   a. A exposição oral baseada: seja sôbre o quadro negro, seja sôbre um material de demonstração; normalmente seguida de uma avaliação da aprendizagem pela interrogação oral ou escrita.

   b. Os manuais (ilustrados ou não).

2. Os meios modernos (com demonstração a partir de experiências locais):

   a. Os meios visuais:

      - a fotografia sob a forma de diapositivos, de filmes fixos ou de imagens projetadas pelo epidiascópio;
      - o cinema mudo.

   b. Os meios auditivos:

      - a gravação da voz humana ou de sinais sonoros pelo disco ou em fitas;
      - o rádio, seja: programas culturais (ver a Universidade do Ar, rádio MEC ...);
      - programas educativos (aplicação do artigo 99);
      - programas didáticos, no caso da alfabetização ou da educação de base (experiência do MEB ...).

   c. Os meios audio-visuais:

      - o cinema sonoro seja: o cinema cultural (por exemplo numa política cultural popular); como centro de atividades para as

atividades de lazer (cine-clubes, por exemplo);

- seja: o cinema didático (ver a atividade do Instituto Nacional do Filme Educativo).
- A TV seja: como elemento cultural (o seu uso e as suas possibilidades no circuito comercial);
- seja: como meio didático, no caso, por exemplo, do circuito de TV fechado (no ensino universitário; TV educativa.

d. As máquinas de aprender e a instrução programada;

e. os laboratórios linguísticos.

10,45 - 12,00 II,6,B. Grupos de estudo sôbre os seguintes assuntos:

1. Possibilidades de reformulação dos meios tradicionais.

   a. Confecção e introdução de material didático (ver as experiências do PABAEE, dos recursos audio-visuais dos CRPE, o método Cuisinaire ...);

   b. programa de reforma e reformulação dos compêndios e manuais escolares;

   c. avaliação da campanha do material escolar, seja ao nível federal, seja ao nível estadual.

2. Os problemas didáticos e pedagógicos no uso dos novos meios:

   a. A utilização da imagem no ensino oral;

   b. organização da recepção rádio-teledifusa;

   c. a seleção e a formação de pedagogos tele e/ou fotogênicos.

3. Organização de um ensino - em todos os níveis - por correspondência.

4. Análise das possibilidades que oferece o artigo 99 por exemplo, na LDB para a aplicação dos novos meios e processos.

5. Os custos e a rentabilidade dos novos meios:

   a. O problema da fabricação, eventualmente importação, da manutenção e do consêrto da aparelhagem;

   b. o problema da difusão ao nível nacional; por cinematecas, uso dos video-tapes; a solução do satélite para a TV educativa, etc.;

   c. cálculo dos preços unitários de uma aula dada através de cada meio diferente.

SEGUNDA SEMANA

7º DIA

O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

EXPOSIÇÃO E DISCUSSÃO DE ALGUMAS TEORIAS

O planejamento educacional pode ser encarado de duas maneiras bastantes diversas: em relação aos problemas de formação da mão-de-obra; ou independentemente (parcial ou totalmente) dêles, levando-se em conta, sobretudo, os objetivos cívico-culturais da educação e a pressão demográfica. A primeira maneira caracteriza os planejadores profissionais, enquanto a segunda tem a preferência tradicional dos educadores. Falaremos nêste último caso de planejamento educacional "simples" e, no outro, de planejamento educacional "integrado" (ao planejamento econômico) - ambos podendo realizar-se no âmbito quer nacional quer regional.

Há de conseguir a convergência progressiva dessas duas abordagens: para atender à formação ou à expansão da sociedade industrial, o planejamento educacional terá de ser cada vez mais integrado, mas os planejadores - por contatos reforçados com os educadores ou pela constituição de equipes mistas de planejamento - terão de considerar cada vez mais, entre outras metas, as de caráter cívico-cultural, bem como os aspectos qualitativos da educação.

Os dois modêlos que resumimos a seguir são de planejamento integrado, não havendo modificações fundamentais sejam introduzidas, ou não, metas de caráter extra-econômico.

9,00 - 10,30 II,7,A. Método Debeauvais:

Relator: MICHEL DEBRUN

Êsse método constitui menos um modêlo original do que a formulação rigorosa e pormenorizada de idéias compartilhadas pela grande maioria dos planejadores que relacionam estreitamente a educação e desenvolvimento. O modêlo comporta as seguintes etapas:

1. Estabelecimento de uma correspondência entre os níveis de qualificação profissional e os níveis de formação: por exemplo, 6 níveis em ambos os casos.

2. Estabelecimento de uma correspondência entre os níveis de formação (formulados em número de anos de estudo) e os tipos de formação (colegial secundário, colegial técnico, etc...).

3. Repartição da população ativa entre os principais setores da atividade econômica, utilizando-se, de preferência, a classificação da contabilidade nacional.

4. Determinação da estrutura do emprêgo em cada setor; constituição de "pirâmides do emprêgo".

5. "Agregação" dessas estruturas, permitindo a repartição da população ativa entre os vários níveis de qualificação.

6. Fixação das necessidades em mão-de-obra qualificada, para um período futuro, à luz, sinultâneamente:

   - dos objetivos do plano sócio-econômico;
   - dos pontos 3, 4, 5, acima referidos;
   - da evolução provável da produtividade nos vários setores, no decorrer do período considerado. O aumento esperado da produtividade em determinado setor modifica, evidentemente, as relações numéricas desejáveis

entre mão-de-obra qualificada e não qualificada.

7. Determinação das metas educacionais (número de futuros diplomados dos vários níveis), voltando-se às correspondências enunciadas em 1 e 2.

8. Tradução dos fluxos de futuros diplomados em efetivos e serem escolarizados nos vários níveis, levando-se em conta as taxas de deserção, repetência, etc...

9. Determinação de vários parâmetros: taxas professor/aluno, custos médios por aluno (distinguindo-se os custos de funcionamento, de investimento por aluno novo, etc...).

10. Revisão eventual das metas educacionais e, consequentemente, das metas sócio-econômicas, à luz do investimento educacional global decorrendo de 7, 8 e 9.

Observa-se:

1. Que as etapas 8 e 9, e até certo ponto, 10, são encontradas tanto no planejamento educacional "simples" como no planejamento "integrado". Tais etapas constituem, pois, a parte pròpriamente educacional de qualquer planejamento voltado para a educação. O que não quer dizer que, até hoje, elas sejam encaradas da mesma maneira pelos educadores e pelos planejadores profissionais, sendo aquêles mais sensibilizados do que êstes, pelos aspectos qualitativos do ensino.

2. Que o modêlo pode ser enriquecido: por exemplo, autores como Harbison dão particular ênfase à formação no próprio emprêgo e à promoção interna, bem como a tôda uma gama de estímulos nêsse sentido - o que atenua a necessidade de uma rigorosa correspondência entre os níveis de qualificação profissional e determinados tipos de formação escolar.

10,45 - 12,15 II,7,B. Método Tinbergen:

Relator: MICHEL DEBRUN

1. Tenta relacionar diretamente o número de diplomados a formar ao volume global da produção desejada no futuro: relações numéricas estão sendo postuladas entre um e outro, na base da experiência norte-americana.

2. Poupam-se, assim, as fases 1, 2, 3, 4, 5 do modêlo precedente: não há consideração das correspondências entre qualificação profissional d níveis ou tipos de educação.

3. Para cada taxa de crescimento desejada e possível, um jôgo complexo de equações indica as soluções alternativas: com ou sem assistência externa; nesta última hipótese, com diminuição da taxa professor-aluno nos ensinos médio e superior, ou com formação de um número suplementar de professôres, em detrimento dos técnicos de nível superior destinados à produção, etc...

4. As etapas 8, 9 e 10 do modêlo anterior subsistem.

15,00 - 18,00 II,7,C. Seminário para discutir os modêlos acima, e possíveis variantes, com vistas a uma aplicação do planejamento educacional integrado à realidade brasileira.

Ressaltar-se-á, notadamente:

a) a dificuldade da realização, atualmente, do conjunto das operações implicadas no modêlo Debeauvais, na ausência de um aparelho estatístico adequado;

b) o caráter um tanto simplificador, apesar da sua formulação matemática, do modêlo Timbergen, cuja utilização, todavia, pode se cons-

tituir numa plataforma ou num indicador para elaboração de um modêlo mais consoante com as peculiaridades brasileiras.

TERCEIRA SEMANA

1º DIA

O ENSINO PRIMÁRIO

Relator: Profº PAULO DE ALMEIDA CAMPOS

O ensino primário brasileiro na atualidade: aspectos quantitativos e carências qualitativas; as diretrizes prevalecentes; as expectativas.

9,00 - 10,30 III,1,A. Aspectos quantitativos do ensino primário.

1. Universalidade e gratuidade do ensino primário. Crescimento demográfico e atendimento escolar. Matrícula geral e por série e as conclusões do curso.
2. As metas quantitativas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.
3. Necessidade de expansão da rêde escolar primária e a perspectiva de extensão da escolaridade. Realidade quanto a prédio, equipamento e pessoal docente.
4. Administração e diretrizes programáticas.
   a. Os órgãos administrativos e técnicos do ensino primário nos Estados;
   b. o ensino primário no âmbito da Administração Municipal;
   c. a ação do MEC em têrmos de assistência técnica; articulação com as Administrações estaduais; diretrizes em vista.

10,45 - 12,15 III,1,B. Carências qualitativas da escola primária brasileira.

O rendimento escolar nas área urbanas e rurais, considerado sob o ângulo da capacidade de retenção do alu

no e a escolarização legalmente fixada, com análise dos seguintes aspectos:

a. A dispersão das idades dos alunos dentro de cada série;

b. a concentração de matrículas na série inicial;

c. os conteúdos programáticos; o formalismo do ensino;

d. os padrões de verificação do aproveitamento escolar; a repetência, a evasão; a promoção progressiva (automática);

e. o problema da evasão escolar e as condições sócio-econômicas dos alunos;

f. duração da vida escolar; a escolarização ideal e real; o regime de turnos nas escolas;

g. graduação do ensino e adaptação do currículo à psicologia infantil e à situação real das escolas e da comunidade;

h. recursos materiais e aspectos metodológicos; as práticas educativas.

2. Caráter terminal da escola primária e sentido propedêutico em relação ao ensino médio; problemas de articulação tendo em vista a maturidade emocional e intelectual das crianças; aspectos pedagógicos.

3. A supervisão do ensino primário; dificuldades técnicas e materiais para a efetivação da tarefa pedagógica pelos inspetores; exigências de qualificação para o exercício da função; o recrutamento e o aperfeiçoamento dos supervisores.

14,30 - 17,30 III,1,C. Problemas específicos, para seminários em Grupos.

a. Promoção automática;

b. ordenação do ensino à base da idade do aluno e ritmo de aprendizagem;

c. adequação dos currículos e execução dos programas;

d. repetência e deserção;

e. extensão da escolaridade;

f. articulação do ensino primário com o de nível médio;

g. supervisão do ensino primário;

h. relações entre Administração Estadual, Federal e Municipal;

i. assistência alimentar e médica aos escolares;

j. transporte escolar;

k. educação pré-primária.

TERCEIRA SEMANA

2º DIA

A EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO

9,00 - 12,00 III,2,A. Situação atual do Ensino Médio: secundário, técnico industrial, comercial e agrícola.

(Painel: quatro expositores para os quatro tipos de ensino médio e um coordenador; debates dentro do painel e do painel com o auditório)

Relator: Prof.ª EULINA CARVALHO

1. Rêde escolar: distribuição geográfica; atendimento da população escolar; ensino público e ensino particular.

2. Instalações, equipamento e material didático.

3. Atendimento escolar: matrícula, promoção, repetência, deserção, conclusão.

4. Articulação com o ensino primário e o ensino superior; exame de admissão e exame vestibular; o problema dos "cursinhos".

14,30 - 16,00 III,2,B. Objetivos e conteúdo da Educação de Nível Médio: (conferência-debate).

Relator:

1. Objetivos: formação do homem? Capacitação profissional? Atendimento das necessidades sociais e do desenvolvimento nacional? Formação de mão-de-obra e qualificação de nível médio?

2. Conteúdo:

   a. sua previsão através do currículo: princípios de organização na LDB; o lugar da educação geral e da formação técnica; a

valorização dos estudos práticos; o atendimento das aptidões dos alunos e das diversidades regionais;

b. sua transmissão através do planejamento das atividades escolares, dos programas e métodos de ensino; variedade e adaptação; estímulo à experiência pedagógica;

c. sua avaliação através da verificação do progresso do aluno a partir dos objetivos: importância dos trabalhos escolares; a função do conselho de classe e da orientação vocacional e educativa; a colaboração da família; o papel da assistência social escolar.

TERCEIRA SEMANA

3º DIA

A ESCOLA DE NÍVEL MÉDIO

9,00 - 10,30 III,3,A - A Escola de Nível Médio

Relator: Prof.ª Eulina Carvalho

1. Escola média de primeiro ciclo: unidade, diversificação e equivalência de cursos; caráter vocacional e pré-profissional; ginásios industriais , ginásios vocacionais e ginásios orientados para o trabalho.

2. Escola média de segundo ciclo: caráter terminal, profissional ou propedêutico dos cursos.

3. Tendências atuais de renovação da escola média.

10,45 - 11,30 III,3,B - Debates sôbre a exposição anterior.

14,30 - 15,45 III,3,C - Outras modalidades de ensino de nível médio

Relator:

1. Cursos de aprendizagem industrial e comercial, de artesanato e de mestria. Escolas do SENAI e do SENAC.

2. Centros de educação rural. Cursos daSEAV.

3. Possibilidades de organização de outros cursos secundários ou técnicos.

16,00 - 17,30 III,3,C - Debates sôbre a exposição anterior.

TERCEIRA SEMANA

4º DIA

O ENSINO SUPERIOR

9,00-10,30 III,4,A - Visão Geral.

Relator: Prof. DURMEVAL TRIGUEIRO MENDES

1. A opinião.

O que pensam da Universidade brasileira
- os dirigentes universitários
- os professôres
- os alunos
- o Govêrno
- as elites
- as classes produtoras
- o povo

2. A expectativa

O que esperam da Universidade.

3. A prospectiva.

O que desejam que venha a Universidade a tornar-se, ou seja, quais as suas idéias ou projetos de reforma universitária.

10,45-12,00 III,4,B- Análise Crítica.

1. Origens da Universidade brasileira.

Influência dos modêlos estrangeiros nos seus estatutos legais, a pressão das circunstâncias e o divórcio resultante entre o formal e o real. Valôres proclamados e valôres efetivos.

2. Expansão do ensino superior.

a. Como e por que surge uma escola superior no Brasil.

- Os imperativos reais e os ilusórios;
- condições sócio-culturais, geo-econômicas e técnicas;
- a multiplicação dispersiva: criação de

novas unidades em vez da consolidação das existentes;

- crescimento das Universidades e Escolas sem ampliação dos serviços. Complicação das estruturas e das instalações: por sofisticação inútil, por mimetismo, por gôsto do suntuário, etc...

b. Como e por que se formam as Universidades. Tanto a idéia tradicional, quanto às exigências de sua criação, se fixam num esquema quase mecânico de organização, pelo qual a Universidade se reduz a mero aglomerado de escolas.

c. Função ministerial da Universidade. A consciência que têm as nossas Universidades dos serviços que devem prestar, e os reflexos consciência na sua estrutura e funcionamento.

3. Objetivos da Universidade.

a. A Universidade e a comunidade social: mecanismos de captação das necessidades sociais; formação de quadros; adequação dos currículos à estrutura do trabalho profissional; atualização científica e tecnológica: a educação permanente; extensão universitária.

b. A Universidade e a ciência: uma política de pesquisa, estimuladora tanto da criação científica quanto das soluções para os problemas da comunidade.

c. A Universidade e a cultura: cultura geral e especialização.

4. A Universidade por dentro (sua organização).

a. Ensino e pesquisa:

- os cursos e sua estrutura; duplicação ou multiplicação de cursos idênticos; as soluções possíveis: troncos comuns, créditos, etc; a Lei nº .

b. Aspectos pedagógicos:

- o professor: formação, recrutamento, aperfeiçoamento, remuneração, regime de trabalho;

- o aluno: ingresso na Universidade, orientação vocacional e profissional, regime de trabalho;
- sistema de trabalho: novas formas de relacionamento entre o professor e o aluno, em têrmos de colaboração: quanto aos estudos e aos métodos de avaliação. Nôvo sistema, baseado na atividade do aluno, crescentemente autônoma.

c. Govêrno da Universidade:

- atual estrutura de poder na Universidade e as mudanças desejáveis. Os dois aspectos da autonomia: externo, como regime destinado a preservar a liberdade da instituição, de pressões vindas de fora; interno, como um todo. Autocracia, oligarquia e democracia no govêrno universitário. Criação de instâncias acadêmicas para a gestão de atividades especìficamente acadêmicas. A representação estudantil;
- o regime jurídico da fundação e suas repercussões no govêrno da Universidade;
- o planejamento e suas funções: exprimir uma vontade comum - a da comunidade universitária; racionalizar as atividades desta, subordinando as atividades-meio às atividades-fim; e como conseqüência, favorecer a dinamização da Universidade pela mobilização articulada de todos os seus recursos humanos e materiais.

d. A comunidade universitária:

convivência cultural: encontro de gerações, e o modo de convertê-lo, de situação de conflito em oportunidade de enriquecimento mútuo; confronto de idéias e ideologias diferentes, e a redução destas a um nível de racionalidade, segundo o "animus" próprio da Universidade;

contexto físico: meios de possibilitar a aproximação entre os membros da comunidade acadêmica; o problema da cidade universitária

atividades esportivas

serviços

- bôlsas de estudo
- residência
- alimentação
- saúde.

e. Condições materiais:

- equipamento:
racionalização dos critérios: adequação aos objetivos e plena utilização. A possibilidade de fixar-se um sistema modulado: tanto o equipamento como as instalações seriam calculados à base do módulo, como unidade de medida em relação ao número de usuários de cada serviço, ao tempo de utilização do equipamento, e ao nível do trabalho a ser realizado. Por êsse sistema, à ampliação dos serviços corresponderia o acréscimo de novos módulos na exata medida das necessidades previstas. A aquisição de equipamentos, sujeita a um plano global e sincrônico no qual se incluiriam todos os elementos pessoais e materiais compreendidos no seu emprêgo;
prioridade da biblioteca, desempenhando um papel altamente dinamizador do trabalho universitário, como peça fundamental do sistema de trabalho mencionado no tópico b do item 4;

- instalações:
racionalização dos critérios de instalação (aplicam-se, aqui, com as adaptações devidas, o que foi dito a respeito do equipamento);

- financiamento:
em que medida o problema financeiro da Universidade reside na escassez, ou no uso inadequado dos recursos;
eficiência e modéstia: a política dos "meios pobres";

critérios usuais de subvenções e seus equívocos;

orçamento-programa: não apenas como instrumento contábil, mas sobretudo como meio adequado de fixar compromissos mútuos entre o MEC e as Universidades. Em tôrno de uma programação, assim estabelecida, se definem as responsabilidades, de um lado, quanto aos encargos a cumprir, e de outro, quanto aos recursos a fornecer;

ensino privado: substituição do atual sistema de subvenções por outro que integre o setor privado numa política nacional de educação. Segundo êsse critério, as instituições particulares poderiam partilhar, com as instituições públicas, um esfôrço comum, mùtuamente complementar, e receberiam recursos, à altura de suas necessidades e de seus méritos.

5. O aperfeiçoamento contínuo da Universidade.

a. a "técnica da crise", prevalecente entre nós, define, tìpicamente, um processo de reforma de fora para dentro, decorrente da falsidade das estruturas vigentes. Necessidade de criar mecanismos de auto-reforma ou auto-revisão, imanentes à própria Universidade; quais seriam êsses mecanismos?

b. reforma da Universidade: em que medida depende

- da própria Universidade e de fatôres que ela possa controlar;
- do dinamismo do processo social global, transcendendo a capacidade de determinação da Universidade;
- de linhas de liderança voluntária;
no caso brasileiro, como se comportam essas linhas de liderança ? como seria possível mudar-lhes a orientação ? ou criar outras ? até que ponto poderão elas, e a própria Universidade, interferir no

processo social global, buscando nele - pelo mecanismo da reciprocidade de causas - apôio para a reforma universitá - ria.

14,30-17,30 III,4,C - Seminário com debates.

TERCEIRA SEMANA

QUINTO DIA

A EDUCAÇÃO PERMANENTE

9 - 10,30 III,5,A. Exposição que definirá a importância e a necessidade dêste conceito.

1. As razões sócio-econômicas que permitem à Educação Permanente:

   a. pensar na educação como processo conforme a uma sociedade em mudança e precupada com seu futuro;

   b. organizar o ensino como um sistema de que o "ensino escolar", no sentido tradicional constitui apenas um elemento;

   c. facilitar uma síntese que ultrapassará as antinomias dos sistemas vigentes;

   d. realizar a terceira revolução histórica: a democratização da cultura.

2. As razões antropológicas que fazem da Educação Permanente uma maneira:

   a. de pensar no homem como um ser maturando; isto é, precisando sempre de aprender;

   b. de fazer de qualquer experiência existencial, a qualquer momento da vida, uma ocasião de aprendizagem;

   c. de resolver os conflitos de gerações.

3. As razões pedagógicas que ajudam a Educação Permanente a:

   a. integrar todos os esforços dispersos evitando assim a fragmentação e as dicotomias;

   b. responder à dupla necessidade da expansão quantitativa e do nível qualitativo.

10,45 - 12,15 III,5,B. Uma exposição indicando como as perspectivas que se abrem através da educação permanente permitem pensar no ensino atual como um sistema, isto é, um conjunto de etapas progressivas (as modalidades) na aprendizagem.

1. A partir desta abordagem, surgem uma série de consequências práticas e de problemas, em particular no que diz respeito às articulações:

   a. a articulação entre o primário e o médio, com as seguintes alternativas:

      - introdução de uma ou duas séries complementares: a exemplo das 5ª e 6ª séries;

      - reformulação radical do ciclo ginasial, cujos quatro anos articular-se-iam diretamente ao primário (isto é: um ciclo de escolarização, seguido de um ciclo básico) com uma estratégia planificada da implantação dos dois ciclos;

      - um ciclo básico único de oito anos.

   b. a articulação do médio com o superior, com as seguintes alternativas:

      - introdução de um ciclo propedêutico universitário;

      - o "colégio universitário";

      - criação de dois tipos para a última série colegial: uma terminal, outra prevestibular;

      - os cursinhos como falsa solução.

2. No tocante à diversificação, poder-se-ão discutir os seguintes problemas:

   a. nível primário:

      - introdução ou não de dois tipos de ensino: um "urbano", outro "rural"?

- as modalidades da integração da escola ao meio;
- transformação do ensino "supletivo" numa educação de adultos.

b. nível médio:

- a diversificação implica um tronco comum básico e uma orientação escolar contínua e institucionalizada;
- a diversificação por tipos diferentes (secundário, científico, etc.) ou por um sistema de créditos?
- necessidade de ter depois do médio uma diversificação pós-colegial seja pela criação de um ensino pós-colegial de nível superior não universitário, seja pela diversificação dos cursos universitários;
- organização de uma política de juventude.

14,30 - 17,30 III,5,C. Discussão em grupos sôbre as medidas necessárias à implantação do princípio da Educação Permanente.

1. Medidas legais relativas ao trabalho dos menores e à organização do "tempo livre"; revisão eventual de certos pontos da LDB.
2. Medidas administrativas seja ao nível ministerial ou estadual de maneira a ter organismos especializados; a criar um corpo de animadores profissionais; a coordenar as iniciativas privadas com os planos oficiais.
3. Medidas ligadas ao planejamento global e educacional de maneira a que sejam previstos planos a longo prazo de equipamentos, de formação de especialistas, etc.

4. Medidas que facilitarão o probelma do financiamento.

5. Medidas pedagógicas, enfim, que, para cada nível, determinarão como se pode utilizar a fundo as capacidades ociosas e ampliar o que se realiza ainda de maneira solta.

TERCEIRA SEMANA

7º DIA

PROBLEMAS PEDAGÓGICOS E DO MAGISTÉRIO

9,00 - 10,30 III,7,A. Descrição do corpo docente brasileiro: uma exposição que inclua os seguintes pontos:

1. Dados quantitativos, focalizando de um ponto de vista geral e para cada nível:

   a. O número de professôres "leigos", definidos como sendo todos os que não tiveram a formação prevista para exercer plenamente a sua função atual;

   b. a participação das mulheres na função docente, consideradas as suas consequências profissionais, sociais e psicológicas (ver o relatório do CRPE);

   c. a relação entre as obrigações profissionais e as formas de vencimento;

   d. a organização profissional do corpo docente.

2. Avaliação do número de professôres que deverão ser substituídos durante a realização do Plano Nacional de Educação; estimativa do número de professôres que devem ser formados em função da expansão prevista dos sistemas de educação; avaliação do número de professôres que podem ser formados através das instituições existentes (Escolas Normais, Faculdades de Filosofia e Faculdades de Educação). Comparação dêstes diferentes dados de maneira a decidir se a formação de professôres deve ou não ser ampliada; e, se fôr o caso, em função de quais diretrizes.

3. Levantamento de tôdas as possibilidades de aperfeiçoamento, seja no exercício da profissão, seja por outros meios abertos ao corpo docente.

   Em particular, avaliação:

   a. dos diversos cursos organizados pelas Diretorias ministeriais;

   b. dos cursos a cargo do DNE e do INEP;

   c. da CAPES;

   d. dos cursos organizados pelas Secretarias e por entidades particulares.

10,45 - 12,00 III,7,B. Análise das medidas que deveriam ser tomadas para a aplicação, no Brasil, da recomendação sôbre a condição do pessoal docente. (BIE/UNESCO/OIT).

1. Análise do documento.

2. Incentivos para a profissionalização do corpo docente:

   a. por uma formação mais intensa, mais curta e estritamente profissional, seja nas Faculdades de Educação, seja em Centros especializados;

   b. as consequências da profissionalização sôbre o sistema normal atual;

   c. organização de uma carreira, dando-se particular atenção às relações entre o corpo docente de nível primário e médio, do médio e do superior;

   d. estabelecimento de critérios objetivos para a remuneração, prevendo não só um salário adequado, como outras vantagens.

3. Criação de um corpo especializado de administradores e de especialistas em educação.

4. Criação - por exemplo, nas Faculdades de Educação - de um professorado especializado na formação de educadores em todos os níveis.

5. Ligação estreita da experimentação e da inovação pedagógicas com o aperfeiçoamento e a pós-graduação do corpo docente em exercício.

15,00 - 16,30 III,7,C. Discussão dêsses problemas gerais relacionados com os problemas específicos por nível. Assim:

Grupo I: magistério do nível primário.

a. Análise das resoluções da Segunda Conferência Nacional de Educação referentes ao problema dos "leigos". Resultados e medidas que a experiência sugere;

b. discussão sôbre a eventual necessidade de uma formação especializada para o magistério do pré-primário, do ensino em zona rural, do supletivo, etc.;

c. possibilidade para o professorado primário de ensinar no primeiro ciclo do médio (ginasial).

Grupo II: o magistério do nível médio.

a. Distinção entre o professorado do primeiro e do segundo ciclos;

b. necessidade de prever "especialistas", tais como: orientadores, assistentes sociais, psicólogos escolares, etc.;

c. formação de um corpo docente especializado ou polivalente?

d. análise dos novos tipos de licenciatura.

Grupo III: o magistério de nível superior.

a. Análise do estatuto do magistério, recentemente;

b. a seleção e o recrutamento do professorado incipiente na carreira;

c. a organização da pós-graduação em relação ao problema da formação e do aperfeiçoamento do professorado;

d. as formas mais adequadas de preparo pedagógico do professorado de nível superior.

TERCEIRA SEMANA

8º DIA

PROBLEMAS FINANCEIROS

9,00 - 10,30 III,8,A - Custos e Despesas do Ensino

Relator:

1. Estrutura atual das despesas e dos custos de capital e de manutenção por aluno, por professor, série, por escolas, etc.
2. Aumentos prováveis nos próximos anos.
3. Situação provável em 1976.
4. Contribuição da União, dos Estados, dos Municípios, da iniciativa particular, no financiamento dos programas de despesas.
5. Problemas especiais: Fundos de Ensino Primário e Médio, Reservas financeiras das Universidades. Organização financeiras estaduais (FUNDEPAR).

10,45 - 12,00 III,8,B - Custos e despesas de programas especiais

Relator: JACQUES TORFS

1. Custos da Educação Permanente.
2. Custos da Televisão educativa, e dos Novos Meios.
3. Utilização dos créditos bancários nacionais e internacionais nos programas de ensino.

15,00 - 16,30 III,8,C - Seminário Geral sôbre Custos de Ensino

QUARTA SEMANA

1º DIA

MACRO-ECONOMIA E EDUCAÇÃO

9 - 10,30 IV,1,A - O lugar da educação na contabilidade nacional

Relator: Jacques Torfs

1. As despesas com o ensino têm uma influência direta sôbre:

   a. a taxa de formação de capital: o desenvolvimento da educação é acompanhado pela criação de ativos tangíveis (prédios e equipamentos) e intangíveis.

   b. as relações médias e marginais entre os ativos nacionais e o produto nacional, o que se manifestará através de uma modificação do fator de produtividade.

2. Analisar-se-ão as técnicas a serem utilizadas por um planejamento "global" para calcular a parte dos recursos humanos, físicos e financeiros que poderão ser destinados à Educação.

3. Demonstrar-se-á que a educação primária é também uma despesa de investimento. Se, muitas vêzes, classifica-se êste tipo de ensino como despesa de consumo, isto se deve a certas limitações inerentes aos sistemas de apresentação da contabilidade nacional.

10,45 - 12 IV,1,B - Interrelação entre os objetivos do plano e os recursos disponíveis.

Relator: Jacques Torfs

1. Esta exposição continuará as discussões sôbre a estrutura e a lógica dos planos de educação, já iniciadas durante as outras semanas, focalizando-se os aspectos técnicos da elaboração dos planos.

2. O ponto de vista macro-econômico define de um lado os objetivos previstos e a situação a ultrapassar e de outro lado, indica os recursos financeiros disponíveis para a realização dos objetivos. Pode acontecer que êstes recursos sejam insuficientes para a consecução dos objetivos, no momento oportuno. Podem, pois, surgir contradições que obrigam a rever:
   - o cálculo dos recursos;
   - os objetivos educacionais;
   - os objetivos dos planos gerais de desenvolvimento;
   - as condições típicas de cada região.

   Um plano de educação só poderá tornar-se definitivo depois de um esfôrço complexo de reajustamento das variáveis que constituem suas bases.

3. As relações objetivos/tempo/recursos, devem também ser consideradas dos pontos de vista psicológico e físico. Um plano de educação acelerada não pode se realizar se não existir um número suficiente de professôres ou se as reformas administrativas, que deveriam acompanhá-lo não puderem ser aplicadas ràpidamente; ou se o público não está preparado para utilizar os novos meios educacionais que lhe são proporcionados.

15 - 18 IV,1,C - <u>Seminário sôbre as relações entre a macro-economia e os planos educacionais</u>.

A discussão abrangerá sobretudo as implicações do plano nacional de desenvolvimento econômico no campo educacional.

QUARTA SEMANA

2º DIA

A CONTABILIDADE EDUCACIONAL

9,00 - 10,15 IV,2,A - Natureza e Conteúdo de um inventário permanente da educação

Relator: Profª ZÉLIA PAVÃO

1. A natureza das estatísticas existentes, a confiança que se pode nelas depositar, o seu grau de operatividade terão sido discutidos e uma análise das estatísticas educacionais brasileiras terá sido feita ao decorrer do 3º dia da 2ª semana.

2. A conferência IV,2,A descreverá a natureza e o conteúdo do sistema de inventário imprescindível para que um planejamento ininterrupto seja possível. Tal inventário deverá abranger os seguintes fatores:

   - estatísticas físicas (número de alunos, por classes e grupos de idade; número de professôres, qualificações, etc.);
   - estatísticas da população;
   - cadastros escolares (incluindo descrições das escolas e mapas da sua localização);
   - estatísticas financeiras; receitas e despesas.

3. A natureza exata das informações que devem ser disponíveis será discutida pormenorizadamente ; a coordenação das estatísticas federais, estaduais e municipais será analisada, bem como as técnicas de mecanização e automatização dos dados estatísticos, e de classificação rápida dêstes dados.

10,45 - 12,00 IV,2,B - Uma nova contabilidade dos custos e rendimentos

Relator: JACQUES TORFS

1. A fraqueza das informações disponíveis relativas aos custos e rendimentos da educação terá sido discutida no decorrer do 4º dia da 2ª semana.

2. A conferência II,4,A terá analisado alguns custos e rendimentos, tais como podem ser deduzidos das estatísticas financeiras atuais.

3. Dever-se-á descrever logo a natureza de um sistema de contabilidade válido. As informações disponíveis não permitem calcular os custos e rendimentos econômicos verdadeiros. É necessário introduzir novos conceitos, e notadamente:

   - diferenciar entre DESPESAS e CUSTOS;
   - fazer a distinção entre custos correntes e custos de investimentos;
   - introduzir os conceitos da depreciação e dos juros dentro da contabilidade da educação;
   - encarar o professor como ativo econômico; estudar os custos de investimentos e de operação dêste ativo e a sua depreciação.

4. Uma vez estabelecido um sistema de contabilidade válido, será possível escolher entre sistemas educacionais alternativos na base da comparação dos custos e rendimentos; exemplos serão dados de custos calculados segundo antigos e novos métodos.

15,00 - 16,15 IV,2,C - Seminário sôbre a elaboração e a utilização dos cadastros

Os sistemas de elaboração e utilização dos cadastros e mapas educacionais serão explicados a partir de exemplos concretos.

16,30 - 18,00 IV,2,D - As estatísticas financeiras disponíveis no Ministério da Educação serão examinadas e criticadas; uma demonstração será feita das suas deficiências e dos meios de saná-las.

QUARTA SEMANA

3º DIA

DETERMINAÇÃO DAS NECESSIDADES EM MÃO-DE-OBRA

9 - 10,30 IV,3,A - Cálculo da demanda de mão-de-obra e especialistas.

Relator: JACQUES TORFS

1. A demanda de meios educacionais dependerá sobretudo de duas séries de fatores:

   - Imperativos sobretudo sociais, mas também econômicos, indicarão a demanda de educação primária e ginasial.

   - Imperativos sobretudo econômicos, mas também sociais, determinarão a demanda de educação colegial superior e permanente.

2. As diferenças entre os objetivos sociais e econômicos são mais aparentes do que reais. A realização dos objetivos sociais criará uma situação que favorável às atividades econômicas, isto é, a criação de riquezas, automàticamente refletir-se-á sôbre as condições sociais.

3. A técnica de cálculo da demanda de mão-de-obra será a seguinte:

   - Descrever-se-á brevemente a maneira pela qual pode ser estabelecido o inventário das disponibilidades atuais, pela análise das estatísticas populacionais, de emprêgo, de desemprêgo e das atividades industriais.

   - As necessidades futuras serão calculadas por projeções, pela análise dos objetivos econômicos e sociais gerais (o que pode incluir a correção dos desequilíbrios sociais ou regionais), pela análise dos planos gerais e setoriais do desenvolvimento econômico e social.

   - Os objetivos prováveis, em função das dispo

nibilidades em mão-de-obra, serão traduzidos em objetivos educacionais e divididos entre zonas administrativas e geográficas, e entre os níveis de ensino.

- Nota-se que uma política econômica e social coerente deve influir sôbre a redistribuição geográfica da população.
- Os planos de educação não podem restringir-se apenas à criação de um número suficiente de obras, de técnicos e de cientistas. Devem também levar em conta, e apoiar os objetivos estratégicos da política econômica geral.

4. Ao nível primário, ainda que seja possível calcular matemàticamente as vantagens de uma educação primária completa (de 5 ou 6 anos) e universal, êste esfôrço pode ser dispensado no Brasil, uma vez que êste objetivo já está previsto na Lei. Serão discutidas e calculadas as implicações numa extensão da obrigatoriedade do Ensino sôbre 8 anos de estudos.

5. Ao nível médio, o cálculo das necessidades em educação dependerá muito mais de considerações técnicas. A educação média não pode ser ùnicamente considerada como via de acesso ao ensino superior. Um Estado moderno para se desenvolver de maneira harmoniosa tem necessidade de empregados de escritório, de mecânicos, de eletricistas, de capatazes, isto é: de uma classe técnica que o nível primário por si só não pode formar. As projeções de emprêgos por setor, o estudo das necessidades em mão-de-obra de diversos graus de especialização, previstos nos planos nacionais e setoriais, permitirão estimular as demandas prováveis a curto, meio e longo prazo. O sistema educacional médio deverá ser reformulado de modo a permitir a satisfação desta demanda.

6. Ao nível superior, a orientação e os objetivos de ensino deverão ser revistos de uma maneira

similar. Deve ser obtida uma definição clara das necessidades de engenheiros, arquitetos , dentistas, etc... como da oferta em educação; isto é: o sistema universitário deverá evoluir de maneira a produzir todos os anos as turmas desejadas.

7. É evidente que êstes cálculos permitirão prever déficits temporários ou permanentes da estrutura da oferta em técnicos e especialistas com características especiais. Dever-se-á então estudar se a demanda poderá ser satisfeita pela criação de novos sistemas de ensino(o ensino pós-colegial por exemplo); ou de novas faculdades (de física nuclear por exemplo);ou por uma política de imigração seletiva;ou por uma política de bolsas de estudos.

11 - 12 IV,3,B - Técnicas especiais de cálculo de demanda.

Relator: ARLINDO LOPES CORREA

Serão discutidos os resultados dos cálculos realizados pela EPEA para calcular a demanda de mão-de-obra e a população escolar provável em 1976.

15 - 18 IV,3,C - Seminário sôbre o cálculo das necessidades em mão-de-obra.

Discutir-se-á diversos exemplos brasileiros , como por exemplo, o "Estudo para a formação de técnicos de nível médio no Estado do Paraná".

QUARTA SEMANA

4º DIA

CONDIÇÕES CULTURAIS, POLÍTICAS E ADMINISTRATIVAS DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAIS

9,00-10,30 IV,4,A - Condições culturais e políticas:

Relator: MICHEL DEBRUN

a. Algumas são requeridas para todo e qualquer planejamento: clima favorável não só à quebra dos padrões e expectativas da sociedade tradicional bem como ao disciplinamento da vida social no seu conjunto (existência de um tal clima no Brasil, depois de um período de desenvolvimento rápido e desenfreado).

- Possibilidade de difundir maciçamente a mística do plano, graças ao contrôle de parte ponderável dos mass-média: existência, nas elites políticas e econômicas, de uma ideologia do plano, capaz de captar-lhe o sentido racionalizador e a correspondência com o momento histórico brasileiro.

- Existência, no decorrer da realização do plano, de um movimento de opinião institucionalizado, capaz de pressionar os poderes públicos.

b. Outras caracterizam mais especìficamente o planejamento educacional:

- o planejamento global, no que diz respeito à parte educacional, deve levar em conta a multiplicidade das motivações (especialmente educacionais, culturais, sócio-políticos, etc...) dos educadores e dos educandos: tal multiplicidade é muito maior do que a referente às motivações dos empresários.

- o que implica que o planejamento global,

em relação ao setor educacional, lance mão da pesquisa sociológica e pedagógica;e por outro lado, dê ênfase às preocupações dos educadores, no decorrer da compatibiliza - ção intersetorial.

- Paralelamente, a propaganda do plano deve insistir, desta vez junto aos educadores , aos educandos e às suas famílias, sôbre a idéia de que a educação não é só um valor consumo e um investimento individual,e sim também um investimento coletivo.

10,45-12,00 IV,4,B - Condições administrativas:

Relator: MICHEL DEBRUN

a. Existência prévia da reforma administrativa geral: desejável no caso da simples reorganização dos sistemas educacionais (em particular dos seus órgãos de decisão) ela se torna imprescindível na do entrosamento da educação como planejamento global. Com efeito só a reforma administrativa geral pode:

- dar continuidade à execução de planos de longa duração, pela distinção que introduz ou reforça entre o administrador, cuja estabilidade ela tenta definir e garantir, e o político.

- permitir a introdução das novas técnicas orçamentárias e de contrôle administrativo , sendo a adoção de tais técnicas dificilmente concebível dentro dos limites de um só ministério.

- institucionalizar os órgãos e mecanismos de coordenação interministeriais encarregados quer da compatibilização dos planos setoriais dentro do plano global quer da execução ou do contrôle da execução dêste plano.

- redefinir, eventualmente por via constitucional, as relações entre o âmbito federal e o âmbito - entre os vários podêres,a fim de acelerar a elaboração, a execução e o contrôle do planejamento.

b. Existência prévia da reforma administrativa dos órgãos educacionais de decisão: tal reforma, fortalecendo em particular o MEC, deve permitir aos educadores serem os principais responsáveis pelo planejamento educacional - quer no nível da formulação setorial quer no nível da compatibilização intersetorial.

15,00-18,00 IV,4,C - Seminários:

Dois grupos serão formados, cada um devendo debater um dos dois temas apresentados na parte da manhã.

PROGRAMA DA QUARTA SEMANA

DOS "CROSE"

SÔBRE PLANEJAMENTO

DOCUMENTO AC
Provisório

JACQUES TORFS
UNESCO

Setembro 19, 1966.

QUARTA SEMANA DOS "CROSE": PLANEJAMENTO

Primeiro Dia:
(Segunda-Feira)

(A) Conferência IV-I-A - Das 9:00 às 10:30.

O ensino como instrumento de manipulação dos parametros macroeconômicos e macrosociais.

(1) Operação do ensino como FATOR RESIDUAL.

(2) Ensino como inversão.

(3) Necessidade para novas formulações teóricas.

(4) Influência do ensino sôbre a remodelação das estruturas seciais.

(B) Conferência IV-I-B - Das 11:00 às 12:30.

A quantidade e a qualidade do ensino:

Fixação de alguns objetivos fundamentais.

(1) Penetração e alcânce do ensino.

(2) Necessidades em talentos e mão-de-obra.

(3) Objetivos seciais.

(4) Objetivos culturais.

(5) Definição dos objetivos.

(6) Inventário dos recursos.

(7) As especificações gerais - quantitativas e qualitativas, dos PLANOS DE EDUCAÇÃO.

(C) Seminário IV-I-C - Das 14:00 às 16:00.

Aspectos macroeconômicos e macrosociais da educação.

OBJETIVOS dos planos educacionais.

QUARTA SEMANA DOS "CROSE": PLANEJAMENTO

Segundo Dia:
(Terça-Feira)

(A) Conferência IV-2-A - Das 9:00 às 10:30.

Estudos das existências e necessidades em mão-de-obra e profissionais.

(1) O que se sabe da atual oferta de mão de obra, e da demanda provável, no futuro.

(2) Implicações.

(3) Deficiências e erros em informação e conceitos, e organização das instituições que produziram informações adequadas.

(B) Conferência IV-2-B - Das 11:00 às 12:30.

Estudos das implicações quantitativas da fixação dos objetivos sociais e culturais.

(1) Situação atual.

(2) Implicações.

(3) Deficiências das informações, criação dos órgãos que produziram informações adequadas.

(C) Seminário IV-2-C - Das 14:30 às 16:00.

Os objetivos trabalhistas, culturais e sociais dos planos educacionais.

QUARTA SEMANA DOS "CROSE": PLANEJAMENTO

Terceiro Dia
Quarta-Feira

(A) Conferência IV-3-A - Das 9:00 às 10:30.

Produtividade dos sistemas educacionais.

(1) O que se sabe da situação atual. População escolar, alfabetismo, deserção, repetição, reprovações, tendências gerais.

(2) Deficiência, Erros, Omissões nas informações existentes.

(3) Criação ou reorganização dos órgãos que produziram informações e projeções adequadas.

(B) Conferência IV-3-B - Das 11:00 às 12:30.

Receitas, Despesas e Custos de Educação.

(1) Situação atual.

(2) Deficiências e erros nas informações.

(3) Criação ou reorganização dos órgãos que produziram informações ou projeções adequadas.

(4) Orçamento - Programas.

(C) Seminário IV-3-C - Das 14:30 às 16:00.

Produtividade física e monetária dos sistemas de ensino.

QUARTA SEMANA DOS "CROSE": PLANEJAMENTO

Quarto Dia
Quinta-Feira

(A) Conferência IV-4-A - Das 9:00 às 10:30.

Reorganização das Secretarias de Educação.

(1) Operação atual das Secretarias. Impossibilidade de planejar ou de realizar os planos educacionais, ou realizar os objetivos da Lei de Diretrizes e Bases, nas condições atuais.

(2) Reformas administrativas. Novos organogramas. Novos órgãos. órgãos inúteis.

(3) Introdução de sistemas mecânicos e elétricos de inventário, estatística e contrôle físico, financeiro e técnico.

(B) Conferência IV-4-B - Das 11:00 às 12:30.

Organização dos Departamentos de Planejamento.

(1) Situação dos departamentos nas Secretarias e no Ministério.

(2) Resumo de dados: Inventários permanentes, professôres, alunos, escolas (número, condições e custos). Mapas das escolas, estudos especiais.

(3) Sistema de Projeções e Previsões.

(4) Planejamento e Orçamento Programa.

(5) Automatização dos sistemas.

(C) Seminário IV-4-C - Das 14:30 às 16:00.

Reorganizações administrativas.

QUARTA SEMANA DOS "CROSE": PLANEJAMENTO

Quinto Dia
Sexta-Feira

(A) Conferência IV-5-A - Das 9:00 às 10:30.

Utilização dos instrumentos educacionais clássicos na execução dos planos.

(1) Educação dos Adultos.

(2) Bolsas de Estudo.

(3) Escolas Normais.

(4) Construções escolares.

(5) Alimentação.

(6) Auxílio técnico.

(B) Conferência IV-5-B - Das 11:00 às 12:30.

Utilização dos novos intrumentos educacionais na execução dos planos.

(1) Televisão Educativa.

(2) Rádio Educativo.

(3) Filmes.

(4) Instrução programada.

(5) Emigração seletiva.

(C) Seminário IV-5-C - Das 14:30 às 16:00.

Televisão Educativa.